



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Vinícius Augusto Sacramento Ferreira

GEOGRAFIA POLÍTICA DO VOTO:

Uma análise dos padrões de votação nas eleições para deputado federal de 2014 e 2018

Brasília

2020

Vinícius Augusto Sacramento Ferreira

GEOGRAFIA POLÍTICA DO VOTO:

Uma análise dos padrões de votação nas eleições para deputado federal de 2014 e 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Brasília

2020

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: __/__/__

Ferreira, Vinícius Augusto Sacramento.

Geografia política do voto [manuscrito] : uma análise dos padrões de votação nas eleições para deputado federal de 2014 à 2018 / Vinícius Augusto Sacramento Ferreira. -- 2020.

95 f.

Orientador: Ricardo Chaves de Rezende Martins.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2020.

1. Sistema eleitoral, Brasil. 2. Deputado federal, eleição, Brasil, 2014-2018. 3. Voto. Brasil. 2014-2018. 4. Comportamento na votação. Brasil. 2014-2018. I.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Geografia política do voto: uma análise dos padrões de votação nas eleições para deputado federal de 2014 e 2018.

Autor (a): Vinicius Augusto Sacramento Ferreira

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 14 de setembro de 2020.

Suely araujo

Prof^ª. Dr.^ª Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

Membro da Banca

Documento assinado eletronicamente por:

Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins - Presidente da Banca

Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano - Membro da Banca



Documento assinado por: João Luiz Pereira Marciano, Ricardo Chaves de Rezende Martins
Selo digital de segurança: 2020-QMBA-VQGV-RECHQCK

Dedico este trabalho ao meu filho Antônio Augusto, à minha esposa Susana pelo apoio incondicional, e aos meus pais Pedro e Gena, que são a base da minha vida.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos.

Agradeço à minha esposa Susana, sempre compreensiva, que abriu mão de tantas coisas e me incentivou durante essa caminhada.

Agradeço ao Professor Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, que me guiou com muita sabedoria e paciência por toda esta trajetória, desde as minhas primeiras experiências como aluno especial, quando me fez apaixonar pelo tema.

“Estranha é a nossa situação aqui na Terra. Cada um de nós chega para uma breve visita, sem saber por quê, parece que às vezes por um propósito divino. Do ponto de vista da vida cotidiana, porém, existe uma coisa que sabemos de fato: que estamos aqui pelo bem dos outros.”

Albert Einstein

RESUMO

Os estudos de geografia eleitoral, por meio da análise do perfil de votação dos candidatos em distritos eleitorais, formais e informais, são importantes instrumentos para a compreensão do sistema político, possibilitando, inclusive, entendimento mais completo sobre o comportamento dos agentes e partidos políticos, especialmente na arena parlamentar. O presente trabalho analisou os padrões de votação nas eleições para Deputado Federal de 2014 e 2018 e comparou os resultados com aqueles encontrados nos estudos de Carvalho (2003) para os pleitos de 1994 e 1998. A pesquisa adotou predominantemente a análise quantitativa. A partir dos dados das eleições disponibilizados pelo TSE, combinados com dados geográficos e de IDH, foram geradas informações no mesmo formato do estudo de Carvalho (2003). Os resultados mostraram que ocorreram mudanças em relação a vinte anos atrás e que as diferenças entre dois pleitos consecutivos ficaram mais acentuadas. Os municípios, notadamente os maiores, se mostraram mais competitivos. Quanto ao perfil dos deputados eleitos, o perfil concentrado seguiu tendência de diminuição e a dominância passou a variar muito mais entre dois pleitos seguidos. Usando-se a tipologia que combina essas duas dimensões, notou-se que o perfil concentrado e dominante se tornou ainda mais raro, enquanto o perfil fragmentado e não dominante consolidou-se como o mais comum entre os deputados eleitos. As predições da fragmentação e da dominância feitas através das variáveis tradicionais tornaram-se menos explicativas. Quando se estudou o perfil dos deputados por meio da dicotomia capital/interior, os resultados não alteraram a tendência de vinte anos atrás, com partidos mais ideológicos se destacando mais nas capitais e grandes cidades. Ainda que os resultados obtidos não possam ser extrapolados para inferir resultados futuros, o trabalho se mostra relevante por disponibilizar dados mais recentes sobre a geografia política do voto, podendo contribuir para a compreensão de mudanças no cenário político brasileiro, como também para subsidiar decisões em diversas áreas relacionadas, como o sistema eleitoral brasileiro.

Palavras-Chave: Votos. Deputados Federais. Concentração. Dispersão. Dominância. Distributivismo. Poder Legislativo.

ABSTRACT

Studies of electoral geography, through the analysis of the voting profile of candidates in electoral districts, both formal and informal, are important instruments for understanding the political system, even allowing for a more complete understanding of the behavior of political agents and parties, especially in the parliamentary arena. The present work analyzed the voting patterns in the elections for Federal Deputy of 2014 and 2018 and compared the results with those found in the studies of Carvalho (2003) for the 1994 and 1998 elections. The research predominantly adopted quantitative analysis. From the election data provided by the TSE, combined with geographic and HDI data, information was generated in the same format as Carvalho's study. The results showed that there were changes compared to twenty years ago and that the differences between two consecutive claims became more pronounced. Municipalities, notably the largest, proved to be more competitive. As for the profile of elected deputies, the concentrated profile followed a downward trend and dominance started to vary much more between two consecutive elections. Using the typology that combines these two dimensions, it was noted that the concentrated and dominant profile has become even more rare, while the fragmented and non-dominant profile has consolidated itself as the most common among elected deputies. The predictions of fragmentation and dominance made using traditional variables have become less explanatory. When the profile of deputies was studied through the capital / interior dichotomy, the results did not change the trend of twenty years ago, with more ideological parties standing out more in capitals and large cities. Although the results obtained cannot be extrapolated to infer future results, the work is relevant because it provides more recent data on the political geography of voting, and can contribute to the understanding of changes in the Brazilian political scenario, as well as to support decisions in several related areas, such as the Brazilian electoral system.

Keywords: Votes. Federal Deputies. Concentration. Dispersion. Dominance. Distributivism. Legislative Branch.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Possibilidades de Sistemas Eleitorais | 31 |
| Figura 2- Padrões de competição política nos municípios do Brasil..... | 45 |
| Figura 3- Padrões de competição política nos municípios da Região Sudeste..... | 46 |
| Figura 4- Padrões de competição política nos municípios da Região Sul..... | 47 |
| Figura 5- Padrões de competição política nos municípios da Região Nordeste..... | 48 |
| Figura 6- Padrões de competição política nos municípios da Região Centro-Oeste..... | 49 |
| Figura 7- Padrões de competição política nos municípios da Região Norte | 50 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Número médio efetivo de candidatos por estado..... | 38 |
| Tabela 2 – Critérios de classificação dos municípios de acordo com | 39 |
| Tabela 3 – Padrões de concentração e fragmentação eleitoral dos municípios..... | 40 |
| Tabela 4 – Padrões de competição política nos cem maiores municípios brasileiros | 41 |
| Tabela 5– Padrões de competição política nos estados – 2014 | 42 |
| Tabela 6 – Padrões de competição política nos estados – 2018 | 43 |
| Tabela 7– Padrão de concentração e dispersão do voto por região do país – 2014..... | 44 |
| Tabela 8 – Padrão de concentração e dispersão do voto por região do país – 2018..... | 44 |
| Tabela 9 – Preditores do número efetivo de candidatos nos municípios..... | 51 |
| Tabela 10 – Percentual de votos conferidos a candidatos eleitos por estado | 52 |
| Tabela 11– Preditores de votos aproveitados nos municípios brasileiros | 53 |
| Tabela 12 – Percentual de votos aproveitados por região e faixas de competição em 2018.... | 54 |
| Tabela 13– Critérios de classificação do padrão de votação dos deputados | 56 |
| Tabela 14– Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região ... | 57 |
| Tabela 15– Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região ... | 58 |
| Tabela 16 – Padrões de dominância dos deputados federais..... | 59 |
| Tabela 17 – Padrões de dominância dos deputados federais (agrupados)..... | 60 |
| Tabela 18 – Distribuição dos deputados segundo as dimensões de concentração e dominância | 61 |
| Tabela 19– Padrões de concentração e dominância pelos seis..... | 62 |
| Tabela 20 – Variável dependente: fragmentação média dos deputados eleitos em 2018..... | 64 |
| Tabela 21 – Variável dependente: dominância média dos deputados eleitos em 2018..... | 65 |
| Tabela 22 – Representação política das capitais eleita no pleito de 2014..... | 68 |
| Tabela 23 – Representação política das capitais eleitas em 2018 | 69 |
| Tabela 24 – Representação política das cem maiores cidades – 2018/2014 | 70 |
| Tabela 25 – Representação da capital e interior por bancada partidária na Câmara dos Deputados..... | 72 |
| Tabela 26 – Índice ponderado de representatividade das capitais nas bancadas partidárias | 73 |
| Tabela 27 – Distribuição das bancadas partidárias por áreas geográficas distintas – 2018 | 75 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Principais achados nos municípios brasileiros em | 54 |
| Quadro 2 - Principais achados com relação aos padrões de concentração e dominância dos deputados em 1994 e 1998 comparados com 2014 e 2018 | 66 |
| Quadro 3 - Principais achados relacionados à dicotomia capital/interior em 1994 e 1998 comparados com 2014 e 2018 | 75 |

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

| | |
|------|---|
| CD | Câmara dos Deputados |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| SQL | <i>Structured Query Language</i> |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO | 15 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA | 16 |
| 1.3 OBJETIVOS | 17 |
| 1.3.1 Objetivo geral | 17 |
| 1.3.2 Objetivos específicos | 17 |
| 1.4 METODOLOGIA | 17 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 21 |
| 2.1 O NOVO INSTITUCIONALISMO | 21 |
| 2.1.1 O modelo distributivista | 21 |
| 2.1.2 O modelo informacional | 24 |
| 2.1.3 O modelo partidário | 25 |
| 2.2 SISTEMAS ELEITORAIS | 28 |
| 2.3 PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO | 31 |
| 2.3.1 Estudos analíticos sobre padrões de votação no Brasil e seus resultados | 33 |
| 3 A GEOGRAFIA POLÍTICA DO JOGO: PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL EM ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADO | 37 |
| 3.1 O COMPORTAMENTO DO MERCADO ELEITORAL NOS DISTRITOS BRASILEIROS | 37 |
| 4 A GEOGRAFIA DO VOTO: PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA DOS DEPUTADOS | 56 |
| 4.1 A INVESTIGAÇÃO DOS PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS VOTOS | 56 |
| 4.2 PADRÕES DIVERSOS DE DOMINÂNCIA EM DUAS LEGISLATURAS | 58 |
| 4.3 A INTERSEÇÃO DOS EIXOS DA CONCENTRAÇÃO/DISPERSÃO DE VOTOS E DOMINÂNCIA/NÃO-DOMINÂNCIA DAS MUNICIPALIDADES | 60 |
| 4.4 PADRÕES GEOGRÁFICOS DE DISTRIBUIÇÃO DO VOTO E OS PARTIDOS POLÍTICOS | 62 |
| 4.5 OS PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO/DOMINÂNCIA E SUAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS | 63 |
| 5 A GEOGRAFIA ELEITORAL DOS COMPETIDORES: A POLARIDADE CAPITAL X INTERIOR | 67 |
| 5.1 DA REPRESENTAÇÃO DAS CAPITAIS E MAIORES CIDADES NO CONGRESSO | 67 |
| 5.2 A REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SEGUNDO O CORTE CAPITAL/INTERIOR | 71 |

| | |
|---|-----------|
| 6 CONCLUSÃO..... | 76 |
| REFERÊNCIAS | 80 |
| ANEXO A – Dados de Carvalho (2003) | 83 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se notado um incremento no número de estudos em Ciência Política dedicados ao Poder Legislativo, principalmente no que concerne às regras que definem sua estrutura interna e formas de deliberação. Para além disso, muitos estudiosos da área têm considerado o arcabouço institucional adotado pelo país como um dos principais fatores para a melhor compreensão do comportamento legislativo.

Nesse contexto, o momento eleitoral tem sido alvo de pesquisas, justamente pelo seu impacto nas decisões tomadas no âmbito do parlamento. Daí decorre a importância dada às instituições eleitorais, que constituem espaço de investigação com vistas à análise preditiva do comportamento dos parlamentares no processo decisório, notadamente nas votações em Comissões e Plenário, durante todo o período de seu mandato.

Tais considerações a respeito da relevância do arcabouço eleitoral são reforçadas por importantes trabalhos, como Ames (2003), cuja obra postula que grande parte dos problemas com a governabilidade do país adviria da combinação de um número alto de partidos fracos com políticos que recebem incentivos eleitorais para agirem em prol de sua clientela específica. Desse contexto, prossegue o autor, decorreria um ambiente onde a alteração do status quo, especialmente quando proposta pelo Poder Executivo, demandaria elevada contrapartida de caráter fisiológico.

Há pouco mais de quinze anos, Nelson Rojas de Carvalho publicou importantíssimo estudo sobre a geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil, analisando as eleições dos anos de 1994 e 1998. O trabalho, combinando teoria e dados empíricos, representa um marco no estudo de geografia política no Brasil e importante instrumento para sua compreensão. Entendemos que hoje há um espaço para um trabalho similar, que analise as eleições mais recentes e compare os resultados obtidos com aqueles de vinte anos atrás.

Dessa forma, em consonância com o modelo distributivista de estudos legislativos que privilegia o momento eleitoral, e partindo da premissa de que os diversos padrões espaciais de votação, particulares a cada deputado, pautam seu comportamento legislativo, nos seus mais variados aspectos, fez-se uma investigação sobre o perfil de votação nos municípios e dos parlamentares eleitos nos pleitos de 2014 e 2018.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Em que pese a importância da análise da concentração e dispersão espacial dos votos, atualmente, o volume de estudos publicados utilizando esses padrões para compreender a atividade legislativa dos parlamentares é pequeno em relação ao seu potencial explicativo. Essa linha de pesquisa merece mais trabalhos aprofundados, uma vez que podem servir de base para as mais variadas análises, como aquelas relacionadas ao grau de associação dos parâmetros de concentração e dispersão de votos com variáveis concernentes aos perfis da carreira dos deputados eleitos, ou com variáveis socioeconômicas e político-institucionais dos estados de origem dos parlamentares. Também são potenciais alvos desses estudos a existência ou não de componentes majoritários em nosso sistema formalmente proporcional, a ocorrência de esperado processo de deterioração do localismo ao se adotar o sistema proporcional no Brasil e a comparação do perfil geográfico de votação dos partidos ideologicamente orientados com os partidos *catch-all*.

De acordo com Carvalho (2003), compreender como se dá a concentração eleitoral entre os candidatos é a chave para o entendimento do sistema político, pois permite entender e até inferir o comportamento legislativo dos deputados e partidos políticos. Essa compreensão possibilita, por exemplo, indicar tendências de favorecimento de políticas de interesses geograficamente localizados ou de políticas mais universais e agregadas, de acordo com o perfil de votação dos parlamentares.

Entendemos que o período a que se refere a pesquisa, as eleições de 2014 e 2018, é propício, uma vez que os dois pleitos analisados por Carvalho (2003) ocorreram há vinte anos ou mais, durante os quais vários acontecimentos relevantes ocorreram: o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso; a ascensão ao Poder Executivo do Partido dos Trabalhadores, com os governos de Lula e Dilma; o impeachment da Presidente e sua substituição por Temer; a Resolução 22.610/2007 do Tribunal Superior Eleitoral - TSE que trata da fidelidade partidária; o aumento do número de partidos; as manifestações populares de 2013; as alterações na legislação eleitoral, como aquela que proibiu, a partir de 2016, o financiamento de campanhas políticas por doações de pessoas jurídicas; e a ocorrência de alguns dos maiores escândalos políticos da nossa democracia. A análise comparativa dos resultados, com um espaço temporal de vinte anos, pode contribuir para a compreensão do impacto desse conjunto de acontecimentos sobre a geografia do voto nas eleições para deputado federal no Brasil e, por conseguinte, no comportamento parlamentar dos eleitos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os padrões de votação nas eleições para Deputado Federal de 2014 e 2018 e comparar os resultados com aqueles referentes aos pleitos de 1994 e 1998, apresentados no estudo de Carvalho (2003).

1.3.2 Objetivos específicos

Para se atingir o objetivo geral proposto, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a dinâmica e a natureza da competição política nos diversos municípios, estados e regiões do país, através do estudo da magnitude do grau de concentração e dispersão dos votos para deputado federal nas eleições de 2014 e 2018 nas unidades eleitorais primárias: os municípios.
- Identificar o perfil de votação dos deputados federais eleitos nas eleições de 2014 e 2018 por meio da determinação dos padrões espaciais de votação propostos por Barry Ames, que se baseia nas dimensões de concentração e dominância de votos.
- Investigar as conexões eleitorais presentes nas eleições de 2014 e 2018, a partir da dicotomia capital/interior, principalmente no que tange ao peso da representação dos deputados e partidos em cada uma dessas regiões.

1.4 METODOLOGIA

O estudo, considerados os seus objetivos, adotou metodologia quantitativa, com tratamento estatístico dos dados, que contemplou de tabulações simples a análises de regressão múltipla.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas. Na primeira etapa, foi feito um levantamento bibliográfico, voltado para as fontes mais relevantes relacionadas ao neoinstitucionalismo - especialmente as três vertentes da corrente da escolha racional – e para os estudos brasileiros de geografia do voto. O objetivo desta etapa foi compor um panorama conceitual do tema, sempre combinando a base teórica mais relevante do assunto com estudos empíricos recentes.

Uma vez que o objetivo geral supõe a replicação, para os pleitos de 2014 e 2018, da análise realizada por Carvalho (2003) em relação às eleições de 1994 e 1998, a segunda etapa correspondeu ao mapeamento da metodologia e das informações consolidadas do estudo desse autor. Em posse da listagem das informações a serem geradas, foram identificadas as fontes primárias de dados, contendo o resultado das votações dos deputados federais em cada município do país – a maior parte foi extraída dos arquivos em formato texto disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições de 2014 e 2018. Foram também identificados dados geográficos e de IDH acessíveis no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

Com o intuito de armazenamento e tratamento dos dados, na terceira etapa foi modelado e criado um banco de dados, posteriormente carregado de acordo com rotinas desenvolvidas sob medida para a fase de importação. Em seguida, a partir de consultas formuladas por intermédio da linguagem SQL¹, foram geradas as primeiras informações. Por fim, com o auxílio da linguagem de programação R, foram automatizados os cálculos das grandezas relevantes do trabalho: número de candidatos efetivos nos 5570 municípios do país; os percentuais de municípios por estado, por região e do Brasil em cada faixa de classificação quanto à competição política; os percentuais de votos a candidatos eleitos por estado da federação, por região e por faixas de competição; o cálculo da dominância e dispersão da votação dos deputados eleitos, bem como as agregações dessas informações por estado e região geográfica do País; a distribuição dos deputados eleitos segundo as dimensões de concentração e dominância; os padrões de concentração e dominância dos seis partidos políticos que receberam mais votos; o percentual de eleitores e deputados eleitos nas capitais e no interior; a representação política das cem cidades com maior número de eleitores no País; a representação da capital e do interior por bancada partidária; o índice ponderado da representação das capitais nas bancadas partidárias; e a distribuição das bancadas partidárias por áreas geográficas distintas.

Com isso, foi possível gerar tabelas com informações comparáveis com as de Carvalho (2003). Além disso, para facilitar a visualização de informações, uma vez que o número de municípios é muito grande, decidiu-se por plotar algumas das informações encontradas e as

¹ A sigla SQL significa *Structured Query Language*, ou Linguagem Estruturada de Dados. Trata-se de uma linguagem de programação voltada para a manipulação de bancos de dados relacionais em SGBDs (Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados).

classificações propostas em mapas. Os códigos fonte desenvolvidos estão disponíveis na plataforma de hospedagem Github².

Na quarta e última etapa, foram feitos dois tipos de análises dos resultados obtidos: comparando-se os dois pleitos estudados, eleições para deputado federal de 2018 e de 2014, e comparando-se os dados desses dois certames com aqueles encontrados por Carvalho vinte anos antes.

Para a análise do mercado eleitoral nos municípios brasileiros, bem como dos padrões de dominância e dispersão dos candidatos a deputado federal eleitos nos pleitos, foram utilizados alguns índices já conhecidos na literatura e também utilizados por Carvalho (2003). O primeiro deles foi o índice de fragmentação de Rae, invertido. Para seu cálculo, foi utilizada a metodologia aplicada por Indjaian (1981) e Dias (1991). Tal índice, nesse contexto, determina o número efetivo de candidatos a deputado federal que concorre em cada unidade política analisada. Assim, quanto mais acirrada a competição na unidade da federação, maior será o número efetivo de candidatos encontrado. Assim, o cálculo é expresso pela seguinte fórmula:

$$Rae = \frac{1}{\sum_{i=1}^n \frac{Vd_i^2}{Vm^2}}$$

Onde *Rae* é o índice de Rae invertido calculado para o município, *n* é o número de candidatos votados no município, *Vd_i* é o número de votos do candidato *i* no município, e *Vm* é o total de votos válidos para deputado federal no município.

No que diz respeito ao cálculo do grau de concentração, lançamos mão de lógica semelhante. O caminho metodológico adotado foi novamente o índice de Rae, invertido, adaptado agora ao contexto de cálculo de concentração. Dessa forma, a dispersão foi então calculada como o inverso do somatório da razão do quadrado da votação do deputado em cada município pelo quadrado da votação final do deputado no estado. De maneira mais simples temos:

$$Dp = \frac{1}{\sum_{i=1}^n \frac{v_i^2}{V^2}}$$

Onde *Dp* é a dispersão calculada para o candidato, *n* é o número de municípios no estado, *v_i* é o número de votos do candidato no município *i*, e *V* representa o total de votos do candidato.

² URL de hospedagem do código: <https://github.com/viniussacramento/Samkhya/tree/Eleicoes>.

Para o cálculo da dominância de cada candidato, seguimos os estudos de Ames (2003). Assim, em cada município, foram analisadas duas grandezas. A primeira, a dominância municipal, que é a razão entre os votos do candidato no município e o eleitorado do município. A segunda, a dominância média, que é a razão entre os votos do candidato no município e os votos do candidato na eleição. Por fim, a dominância do candidato é calculada como o somatório, em todos os municípios, do produto da dominância municipal pela dominância média. De outra forma:

$$\text{Dom} = \sum_{i=1}^n \left(\frac{v_i}{M_i}\right) * \left(\frac{v_i}{V}\right)$$

Onde Dom é a dominância calculada para o candidato, n é o número de municípios no estado, v_i é o número de votos do candidato no município i, M_i é o total de votos válidos para deputado federal no município, e V é o total de votos do deputado no estado.

Por fim, para a elaboração de algumas tabelas, foram usados alguns conceitos que merecem ter seus cálculos bem detalhados. Assim, na Tabela 1, a média estadual do número efetivo de candidatos por município foi calculada pela média aritmética simples do número efetivo de candidatos de cada município do estado. Na Tabela 12, a média de votos aproveitados por região foi calculada como o percentual de votos destinados a candidatos eleitos dentre o total de votos destinados a candidatos, ou seja, excluindo-se os votos em legenda. Por fim, temos, na Tabela 22, os conceitos de deputados de capital, que são aqueles deputados que obtiveram mais de 50% de seus votos na capital do estado, e deputados de interior, que, seguindo a definição de Carvalho (2003), são os deputados não classificados como de capital.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos de Ciência Política fundamentados na teoria da escolha racional, em especial em sua vertente distributivista, enfatizam a conexão eleitoral como determinante do comportamento legislativo. Neles se inserem os trabalhos que analisam a geografia política do voto, isto é, a conformação das bases eleitorais dos parlamentares como fator determinante de sua atuação. Por essa razão, o referencial teórico que ora se apresenta é o do neoinstitucionalismo.

2.1 O NOVO INSTITUCIONALISMO

De acordo com Hall e Taylor (2003), o neoinstitucionalismo não é uma corrente de pensamento unificada, uma vez que podemos identificar pelo menos três vertentes diferentes, quais sejam, o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Ainda segundo os autores, ao focarmos no institucionalismo da escolha racional, podemos notar que ele se caracteriza por análises que reservam grande espaço à intencionalidade humana na determinação das situações políticas, mantendo um olhar nas variáveis estruturais sob a forma das instituições. Esse método, dito da escolha racional, se subdivide em três principais modelos teóricos distintos que se desenvolveram inicialmente nos EUA: o distributivista, que tem como principais obras Mayhew (1974), Fiorina (1989) e Jacobson (1992); o informacional exposto principalmente em Krehbiel (1991); e o partidário representado sobretudo pelas obras McCubbins e Kiewiet (1991) e Cox e McCubbins (1993).

2.1.1 O modelo distributivista

O modelo distributivista, de acordo com Mayhew (1974), se caracteriza por privilegiar o momento eleitoral, em detrimento do sistema partidário e da estrutura institucional interna do Congresso. Para ele, todo o comportamento dos congressistas é balizado pelo seu desejo de reeleição. Assim, os congressistas agem de forma intimamente ligada ao sistema eleitoral, atendendo seus eleitores, com o intuito de garantir a renovação de seu mandato.

Ainda segundo o autor, as preferências são vistas como formatadas num ambiente exógeno ao processo político, e os parlamentares como seus simples vetores. Assim, as formas

e procedimentos através dos quais os representantes se elegem é a fonte pela qual podemos compreender a sistemática do Congresso.

Na lição de Limongi (1994), na abordagem distributivista, as ações dos congressistas devem ser compreendidas tendo por base o desejo de reeleição e suas preferências quanto a políticas públicas só são inteligíveis se fazem referência à necessidade de garanti-la, uma vez que, para que ela ocorra, o parlamentar depende diretamente das políticas que obteve em benefício direto de seu eleitorado. Importante ressaltar que, ainda de acordo com o autor, devemos ter em mente que a premissa crucial de que parte o modelo não é a existência de um simples desejo do deputado pela reeleição, mas sim de que essa é racionalmente a melhor estratégia a ser adotada.

Ao analisar o parlamento americano com seu sistema eleitoral, que prevê o voto distrital, Mayhew (1974) afirma que o sucesso eleitoral do parlamentar é baseado na sua capacidade de praticar três ações básicas: publicidade, a fim de que haja continuidade no relacionamento com sua base, através de ações como visitas frequentes ao seu distrito eleitoral; reivindicação de crédito, que consiste em deixar claro para seu eleitorado que as políticas públicas que atingem sua comunidade são fruto do trabalho do parlamentar; e tomada de posição, que é caracterizada pela sua manifestação pública em assuntos relevantes, seja por discurso no plenário ou por qualquer outra forma de comunicação.

Carvalho (2003) facilita nosso entendimento ao dividir o ponto de partida do pensamento distributivista em duas partes. A primeira, com viés negativo, é a minimização do sistema partidário, assim como da estrutura institucional interna do Congresso, como fatores relevantes na busca do entendimento dos resultados políticos no Legislativo. A segunda parte, já com viés positivo, qualifica o momento eleitoral, mesmo pertencendo a uma esfera externa ao Congresso, como o elemento-chave para a explicação da produção e organização legislativa. E o autor vai além. Segundo ele, para a vertente distributivista, a forma e os procedimentos pelos quais eles são eleitos determinam não só a produção do Congresso, como também sua moldura institucional, tais como a inteligência da confecção de leis e a estrutura de comissões e subcomissões. Com isso, o “momento” eleitoral é que define a forma como agem os representantes e lideranças partidárias. Assim, mais decisiva para o entendimento da lógica do Congresso está a conexão eleitoral, à frente mesmo da conexão partidária e informacional.

De acordo com a tipologia mais conhecida sobre política pública desenvolvida por Lowi (1972), a política distributiva é aquela em que as decisões do governo não levam em consideração o fato de os recursos serem limitados e privilegiam determinados grupos sociais

ou regiões em detrimento do todo, trazendo com isso resultados mais individualizados ou focalizados do que universais. Assim, dado que a lógica que move o modelo é a busca dos parlamentares por sua própria reeleição, tais políticas se mostram como as preferidas por eles, uma vez que, a partir delas, os deputados conseguem levar benefícios para suas bases e, com isso, agradar seu eleitorado.

Para Limongi (1994), os distributivistas têm o sistema de comissões como o eixo estruturador dos trabalhos legislativos do Congresso norte-americano. Assim, para que as políticas distributivas sejam aprovadas é necessário que ocorra um câmbio de apoio, que é estruturado e facilitado pelas comissões. Além disso, são essenciais para essa função duas características do sistema, quais sejam, a forma como os parlamentares são distribuídos pelas comissões e os poderes legislativos que a elas são outorgados.

Conforme Carvalho (2003), o distributivismo concebe as comissões como artifícios institucionais projetados com o intuito de minimizar os custos de transação inerentes a um mercado de votos no plenário. Inspirados na teoria econômica da firma de Coase (1937), os distributivistas entendem que os custos de transação no ambiente do plenário tornam inviáveis os ganhos de troca no mercado de votos. Desse modo, um sistema de comissões com autonomia em suas respectivas áreas constitui o desenho ideal, pois minimiza tais custos de transação. E como garantir que as comissões realmente minimizam esses custos? Para tal, devemos partir do pressuposto de que as comissões são compostas por parlamentares de preferências mais homogêneas que aquelas encontradas na pluralidade do plenário. Essa premissa é confirmada por vários trabalhos, entre os quais se destaca o de Shepsle e Weingast (1994). Assim, partindo de tais pressupostos – composição homogênea das comissões e interesse de aprovação de políticas distributivas – podemos enxergar as ideias distributivas não só em relação ao parlamentar individualmente considerado como também em termos das comissões.

De maneira geral, lançando mão das lições de Limongi (1994), podemos resumir as principais características presentes na versão distributivista da seguinte forma:

- a) Congressistas querem se reeleger e para tal precisam agradar suas bases eleitorais;
- b) O atingimento de tais interesses é facilitado pela forma como se organiza a Casa. Assim, as comissões monopolizam as questões relacionadas à sua área de jurisdição e seus membros são justamente aqueles mais diretamente beneficiados pelas políticas – eventualmente clientelistas - tratadas naquele âmbito.

- c) Comissões possuem poderes especiais, o que permite que elas substituam o ambiente instável do plenário nos assuntos conflituosos e, por conseguinte, facilitem a ocorrência de barganhas.

Para o autor, o desenrolar do cenário acima descrito é facilmente previsível. Diferentemente da concepção de mercado cuja racionalidade supõe a possibilidade de se atingir o bem comum pela busca de realização dos interesses individuais, na política esse tipo de ação racional pode levar a resultados coletivos irracionais, qual seja, um governo abaixo do nível considerado ótimo.

Ainda que as ideias do modelo distributivista tenham se difundido rapidamente, alguns autores enxergaram algumas lacunas. Uma delas seria o fato de a teoria não explicar como muitas políticas públicas de interesse geral prosperavam, se, conforme Mayhew (1974), elas seriam de natureza particularista, implementadas visando primordialmente a busca de crédito individual. Assim, dessas contestações surgiram dois novos modelos que se colocaram em contraste ao modelo distributivista: o informacional e o partidário.

2.1.2 O modelo informacional

Diferentemente da versão distributivista, que vê as Comissões como não representativas das preferências que prevalecem no plenário, Krehbiel (1991) propõe que cada Comissão corresponde a um microcosmo do plenário, ou seja, que a diferença entre esses dois ambientes se dá pela quantidade de membros, mas não em relação ao posicionamento do eleitor mediano, uma vez que, nesse critério, as duas instâncias se aproximam muito.

Para esse autor, torna-se de suma importância a garantia de que a maior quantidade possível de informações sirva de base para a tomada de decisões. Isso porque, para ele, todos os congressistas são beneficiados quando, para a tomada de decisão, o nível de informação é maior, minimizando o grau de incerteza. Assim, os ganhos provenientes de uma maior especialização dos membros do Congresso resultam em uma Casa mais eficiente.

De acordo com Shepsle e Weingast (1994), o modelo informacional é aquele em que as comissões são os atores principais do processo legislativo, com o objetivo de um melhor funcionamento do Poder Legislativo, por meio do uso mais especializado de informação por parte de atores igualmente mais especializados. Assim, conforme destaca Limongi (1994), o ponto onde são tomadas as decisões com informações mais precisas é aquele mais próximo do

considerado perfeito. E, para tal, faz-se necessária uma maior especialização dos seus membros, a fim de que se possa alcançar maior eficácia e eficiência.

Conforme a lição de Limongi (1994), na perspectiva informacional – de maneira análoga à distributivista – o eixo estruturador da atividade legislativa é o sistema de comissões. No entanto, para a primeira vertente, as Comissões são consideradas como recursos do Congresso concebidos de acordo com o pressuposto de que, sendo espaços institucionais especializados, favorecem a tomada de decisão fundamentada. Diferentemente do modelo distributivista, para o qual o sistema de trocas para ganhos particularistas é a motivação para a existência do sistema de comissões, na perspectiva informacional tal sistema de trocas é encarado como um risco a ser evitado pela organização.

2.1.3 O modelo partidário

O modelo partidário, de acordo com Cox e McCubbins (1993), toma as comissões apenas como meios pelos quais os partidos políticos, sobretudo o majoritário, exercem o controle sobre o ritmo da produção legislativa - notadamente sua agenda - fazendo com que as políticas que lhes sejam mais interessantes sejam as aprovadas. Dessa forma, a reputação partidária não é sobreposta pelas reputações individuais. A atuação das lideranças partidárias é relevante. Assim, em contraposição aos modelos distributivo e informacional que advogam pela centralidade das comissões no processo legislativo, sem considerar a interveniência dos partidos políticos, a versão partidária atribui protagonismo a esses últimos, considerando que a compreensão do sistema de comissões deve ser feita tomando-os por referência.

De acordo com Carvalho (2003) o mais importante *insight* dessa literatura foi o fato de, não obstante ter acatado as premissas de Shepsle e Weingast (1994), quais sejam, o poder de agenda das comissões e o conceito de equilíbrio induzido das preferências por meio dessas instâncias, ter acrescentado a percepção de que o partido majoritário, na realidade do Congresso norte-americano, consegue capturar as presidências das comissões, que se constituem nas principais instâncias de controle da agenda legislativa.

Segundo Limongi (1994), o trabalho de Cox e McCubbins (1993) a respeito da versão partidária apresenta duas importantes contribuições: a reinterpretação das evidências tradicionalmente usadas para provar uma suposta fraqueza dos partidos americanos e a capacidade de os partidos controlarem a agenda decisória.

Para esses autores, o fato de, em algum momento da história política norte-americana, os perfis dos dois grandes partidos não apresentarem diferenças significativas e, dentro de cada partido, ocorrer diversidade de posicionamento de seus integrantes, não permite ignorar a sua relevância na arena institucional do Congresso. O partido majoritário em cada uma de suas Casas tem a prerrogativa de indicar o Presidente e os presidentes de todas as comissões. Mesmo com a “norma de antiguidade”, segundo a qual o membro mais antigo na comissão tem a prerrogativa de ser seu presidente, ele será membro do partido majoritário. Ainda de acordo com os autores, com relação à composição das comissões, o partido tem grande protagonismo, uma vez que ele pode, por exemplo, não reconduzir parlamentares sem o devido alinhamento com a sua doutrina. Dessa forma, somente a um congressista bem alinhado ao partido seria dada a oportunidade de ser o mais antigo da comissão.

[...] ele foi um dos vinte e um Republicanos que compuseram uma dissidência publicamente do "Plano GOP '50" do líder da minoria Joseph Martin, uma plataforma dos republicanos. [...] Herter não foi reconduzido à Comissão de Resoluções no início da octogésima-segunda Legislatura, tendo em vez disso o décimo primeiro lugar no ranking de Relações Exteriores. Consideramos isso como uma violação velada da antiguidade, porque ele ficou em terceiro lugar num total de quatro, o que neste momento, claramente era uma posição mais valiosa que a décima primeira das doze na Comissão de Relações Exteriores [...] (COX; MCCUBBINS, 1993, p. 74, tradução nossa).

Além disso, Cox e McCubbins (1993) questionaram a ideia da existência de um movimento secular de diminuição da importância dos partidos. Examinando as votações, para avaliar o grau de divisão interna do partido majoritário, que poderia sinalizar sua eventual fragilidade, eles dividiram os votos dos parlamentares em dois tipos: aqueles relacionados a temas no interior da agenda partidária e aqueles que se referem a temas fora desta agenda. Os autores demonstraram que o declínio da coesão partidária ocorreu somente nas votações de temas não relacionados à agenda partidária, ou seja, dentro desta não se observou diminuição significativa da coesão partidária.

Partindo dessas considerações acima – força dos partidos na indicação do presidente das comissões e não diminuição da coesão em votações dentro da agenda partidária – os autores concluem que, a despeito dos partidos americanos terem permanecido dormentes, em alguma circunstância, devido a divisões internas, eles devem sim ser levados em consideração. Para eles, após o período de fortes divisões internas, há uma inversão na tendência indicada pelos principais indicadores da força/fraqueza dos partidos. Destacam-se nessas evidências o

comportamento dos parlamentares frente às orientações de seus partidos nas votações nominais bem como o processo de indicação dos presidentes das comissões e subcomissões.

Outro ponto importante que podemos destacar do trabalho de Cox e McCubbins (1993) é o questionamento do maior controle de agenda por parte das comissões. Para os autores, o *speaker*, o líder do partido majoritário e a Comissão de Resoluções detêm um poder superior ao das comissões temáticas, na medida em que podem deixar de incluir na pauta aqueles projetos que não lhe interessem, fazendo com que as comissões precisem antecipar as ações desses atores num estágio seguinte de sua tramitação. Em outras palavras, essas instâncias detêm um poder semelhante que, pelo fato de poder ser usado em um momento ulterior e mais propício, acaba se tornando mais efetivo.

2.1.3.1 O modelo partidário no Brasil

Até presente momento destacamos somente a literatura do modelo partidário nos Estados Unidos. Entretanto, grande parte dessas lições podem ser transpostas para a realidade brasileira. Nesta seção, vamos abordar algumas pesquisas com base no Congresso brasileiro.

Apesar de os primeiros trabalhos sob a perspectiva neoinstitucionalista no Brasil terem se dedicado sobretudo ao modelo distributivista, sob o argumento que os partidos no Brasil atuavam no Legislativo de forma atomizada, indisciplinada e com representantes de comportamento errático, a partir de 1995 a perspectiva partidária começou a tomar mais corpo.

Assim, Limongi e Figueiredo (1995) inauguram uma nova fase, com um detalhado trabalho sobre as votações no período de 1989-1994, encontrando resultados que foram de encontro ao pensamento dominante até então. Nesse trabalho, verificou-se que nas votações nominais havia um considerável grau de coesão partidária, bem como fortes indícios de comportamentos no padrão eixo direita-esquerda por partes de nossos partidos.

Nesse sentido, de forma semelhante ao que se descreveu no caso dos Estados Unidos, de uma forma não trivial, há também um controle dos partidos sobre a atuação de seus parlamentares.

[...] Líderes partidários não têm, de fato, como punir parlamentares indisciplinados. No entanto, têm controle sobre a agenda dos trabalhos legislativos. Controlam o que e quando se vota. Em contrapartida, parlamentares têm seu espaço de atuação bastante reduzido. No Congresso brasileiro, a despeito do quase ilimitado poder propositivo do parlamentar individual, é muito pequena a sua capacidade de influenciar o resultado legislativo. As regras que regulam este processo favorecem sobremaneira as lideranças partidárias [...] (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995, p. 17).

No caso brasileiro, os regimentos internos das Casas do Congresso Nacional contribuem bastante para que os partidos ganhem protagonismo nos trabalhos. Seja na composição da Mesa ou das Comissões, é regimentalmente assegurada a representação proporcional dos partidos, cujos líderes, em regra, fazem as indicações de seus membros. Além disso, na Câmara dos Deputados, há o Colégio de Líderes, órgão que, de acordo com Figueiredo (2012) desempenha papel importante para a consolidação da centralização decisória no Congresso Nacional, fazendo com que as lideranças consigam manter um determinado grau de disciplina dos membros da bancada, através de limitações no comportamento individualista dos deputados:

Art. 20. Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo constituem o Colégio de Líderes.

§ 1º Os Líderes de Partidos que participem de Bloco Parlamentar e o Líder do Governo terão direito a voz, no Colégio de Líderes, mas não a voto.

§ 2º Sempre que possível, as deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes; quando isto não for possível, prevalecerá o critério da maioria absoluta, ponderados os votos dos Líderes em função da expressão numérica de cada bancada (BRASIL, 2019, p. 19).

2.2 SISTEMAS ELEITORAIS

De acordo com Nicolau (2012), sistema eleitoral é o conjunto de regras que definem como o eleitor poderá fazer suas escolhas e como os votos serão contabilizados para serem transformados em mandato. Para entendermos melhor o sistema eleitoral brasileiro, faz-se necessário conhecer as classificações que a literatura atribui aos sistemas eleitorais dos países democráticos. Dentre as diversas formas propostas pela literatura, uma das mais comumente adotadas é a tipologia proposta por Reynolds, Reilly e Ellis (2005). Nessa classificação, o critério para categorização é aquele mais utilizado pelos autores em geral, qual seja, o quão proporcional é cada sistema eleitoral. Dessa forma, os sistemas são ditos majoritários, proporcionais ou mistos de acordo com sua capacidade de traduzir mais fidedignamente o percentual de votos obtidos nas eleições em cadeiras no parlamento. De acordo com os autores:

A maneira mais comum de olhar para os sistemas eleitorais é agrupá-los de acordo com a proximidade com que traduzem os votos nacionais conquistados em cadeiras legislativas conquistadas, ou seja, o quão proporcionais elas são. Para fazer isso, é preciso considerar tanto a relação votos-assentos quanto o nível de votos desperdiçados (REYNOLDS; REILLY; ELLIS 2005, p. 27).

Conforme Nicolau (2012), os sistemas majoritários se caracterizam por assegurar a representação apenas do candidato mais votado. Assim, ao candidato a quem foi dada a maior votação é concedida 100% da representação e, os outros, independente da votação, ficam sem mandato. Os sistemas majoritários podem ser de maioria simples, dois turnos, voto alternativo, sistema de voto único não transferível – conhecido no Brasil como distritão - e voto em bloco. O sistema de maioria simples é aquele em que há uma única eleição e é eleito o candidato que obtiver mais votos que seus concorrentes. O sistema de dois turnos é aquele em que há mais de um momento eleitoral, sendo o primeiro semelhante ao de maioria simples; entretanto, caso nenhum candidato atinja um determinado percentual dos votos válidos - na maioria dos países esse percentual é de 50%, mas há casos como o da Argentina, onde se exige um percentual de 40% dos votos válidos e uma vantagem para o segundo colocado de, no mínimo, 10%, para que não haja segundo turno -, é feito um segundo turno entre os dois candidatos mais votados no primeiro turno. O sistema de voto alternativo também se caracteriza por garantir que um candidato obtenha apoio de 50% dos eleitores, mas em vez de prever dois turnos, ele se utiliza de um sistema de transferência de votos. O sistema de voto único não transferível, que é conhecido no Brasil por distritão, é aquele em que cada partido apresenta tantos candidatos quantos forem o número de cadeiras disponíveis, os eleitores podem votar em algum dos candidatos e são eleitos aqueles que obtiverem o maior número de votos. Por fim, temos o voto em bloco que é bastante parecido com o distritão, mas se diferencia pela possibilidade de o eleitor votar em tantos candidatos quantos forem o número de cadeiras em disputas.

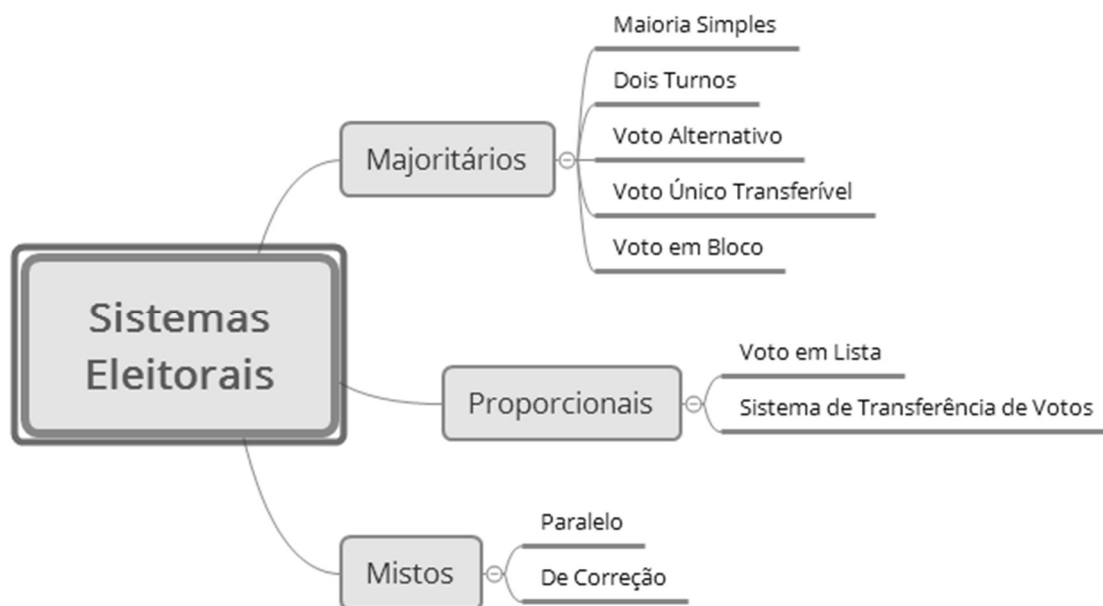
Segundo Reynolds, Reilly e Ellis (2005), os sistemas eleitorais proporcionais têm como principal característica uma representação mais uniforme, assegurando uma espécie de sistema de cotas de acordo com a proporção de votos, intentando a representação também dos setores minoritários da sociedade. Suas variações são o modelo de lista e o voto único transferível. O sistema proporcional de lista é aquele que tem como figura central o partido político, que apresenta uma lista de candidatos nas quais os eleitores podem votar. No Brasil, adota-se o sistema proporcional de lista aberta, onde as vagas conquistadas por cada partido ou

coligação eleitoral³ são preenchidas por uma lista ordenada pelo total de votos recebidos por cada candidato. Há também outra variante, o sistema proporcional de lista fechada, caracterizada pelo preenchimento das vagas de cada partido por meio de uma lista que ele elabora previamente indicando a ordem dos candidatos. Nesse caso, o eleitor vota somente no partido. Já o modelo de voto único transferível é aquele que objetiva eleger não só representantes de comunidades, mas também políticos de talento através de uma fórmula mais complexa onde os eleitores manifestam sua ordem de preferência nas cédulas e a apuração é feita com transferência de votos em excesso e eliminação dos candidatos com menor número de preferências, na ordem em que são consignadas pelos eleitores.

Por fim, Nicolau (2012) nos mostra que os sistemas mistos são aqueles nos quais os representantes são eleitos através da combinação de mais de uma fórmula. São classificados em paralelo e de correção. O sistema misto paralelo é aquele onde há tanto uma parte eleita majoritariamente quanto uma parte eleita de forma proporcional; entretanto não há uma conexão entre eles. Suas variantes incluem modalidades onde o eleitor tem um ou dois votos. Na primeira modalidade, o voto único é no candidato do distrito, mas é aproveitado para o proporcional. Já na segunda há dois votos: um é na lista e outro no candidato do distrito. O sistema misto de correção é aquele que usa a votação proporcional para corrigir as distorções da votação majoritária. Dessa forma os partidos têm o tamanho de sua representação calculada através da votação proporcional, mas os eleitos são advindos de duas origens: a primeira pela votação obtida no distrito e o restante pelo voto proporcional. A Figura 1 resume as diversas possibilidades de sistemas eleitorais.

³ A lei 13.877, de 27 de setembro de 2019, estabeleceu que as coligações partidárias só estão autorizadas para as eleições majoritárias.

Figura 1- Possibilidades de Sistemas Eleitorais



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da classificação de Nicolau (2012).

2.3 PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO

O estudo sobre a geografia do voto remete às pesquisas vanguardistas de Fleischer (1976), que constatou, em eleições de Minas Gerais nas décadas de 1960 e 1970, a incapacidade de o sistema de eleições proporcionais promover uma representação política fiel da distribuição geográfica da população mineira, uma vez que foram verificadas regiões sub-representadas bem como outras sobre-representadas.

Seguindo a linha de raciocínio de que, ao se analisarem os padrões geográficos dos votos, ocorre um desvirtuamento das premissas do sistema proporcional, Martins (1983) afirma que o alto número de deputados eleitos com votações pouco dispersas mostra que o voto proporcional não tem se mostrado capaz de retratar as correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores, mas tem sim conferido mandatos a representantes de interesses locais.

É comum no estudo dos padrões espaciais de votação dos deputados federais no Brasil, recorrer-se aos estudos de Barry Ames (2003) e projetarem-se dois vetores ortogonais: a dimensão da concentração representada por um vetor horizontal e a dimensão da dominância, representada por um vetor vertical. De acordo com o autor, a dimensão da dominância é aquela

relacionada com a prevalência da votação de um deputado em um determinado município. Assim, ela mostra quão importante um deputado é para determinados municípios, através da análise do percentual dos votos dessas localidades que lhe foi atribuído. A dimensão da concentração é aquela relacionada ao padrão de distribuição de votos do deputado, indicando se a votação por ele obtida está mais concentrada em determinados municípios ou se dispersa por um grande número de municípios; em geral, tem seu cálculo efetuado segundo proposto por Indjaian (1981) e Dias (1991) através da aplicação do índice de fragmentação de Rae, invertido.

Ainda de acordo com a tipologia proposta em Ames (2003), há quatro tipos básicos de distribuição geográfica do voto: concentrados-dominantes, concentrados-compartilhados, dispersos-dominantes e dispersos-compartilhados. Pretende-se nesse estudo classificar cada deputado eleito de acordo com essa tipologia e verificar os padrões mais comuns, por regiões, encontrados nas eleições consideradas nesta pesquisa.

Para compreendermos o perfil dos representantes através da distribuição de seus votos, recorreremos também aos estudos de Carvalho (2003). Assim, os deputados que apresentam votação concentrada e dominante são geralmente parlamentares de orientação paroquial. De uma forma geral, caracterizam-se por dominar uma região de municípios territorialmente contíguos, a partir de um município-chave no qual alcançam uma grande votação. Não é raro existir, nesses municípios, relações de empreguismo e clientelismo entre os eleitores e os políticos.

O perfil disperso-dominante é aquele em que se enquadram parlamentares que já ocuparam postos da burocracia estadual, notadamente em posições onde é possível a implementação de políticas distributivas – secretários nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, ação social, etc. A combinação de votação espalhada por vários municípios e grande dominância média indica que sua atuação não se restringe a determinada região do estado, mas que esses parlamentares possuem redes de apoio em diferentes áreas.

Com relação aos deputados com votação concentrada-compartilhada, pode-se notar que são mais comuns em áreas mais densamente povoadas, como as capitais e alguns polos regionais. A sua não dominância ocorre basicamente porque, mesmo possuindo um total considerável de votos nessas cidades, proporcionalmente ao total de votos desses municípios eles atingem um percentual que não lhes garante predominância. Geralmente eles representam parcela da população desses grandes centros que se posicionam em relação a temas específicos.

Por fim, ainda de acordo sobretudo com Carvalho (2003), temos o perfil disperso-compartilhado, ou seja, aqueles que não possuem votação altamente significativa para os municípios, e muito espalhada geograficamente. Assim, manifestam maior independência de redes locais uma vez que seu eleitorado está espalhado por todo o estado. A origem de sua votação pode tanto estar no fato de terem ocupado cargos administrativos ou eletivos de prestígio em âmbito estadual ou nacional quanto em razão de conseguirem mobilizar um voto mais ideológico, que sensibiliza setores nas mais diversas regiões do estado, tais como representantes de classes ou evangélicos.

2.3.1 Estudos analíticos sobre padrões de votação no Brasil e seus resultados

Como dito anteriormente, as pesquisas sobre o padrão de votação nas eleições para deputados no Brasil vêm desde a década de 1970. Uma vez que o presente estudo visa a analisar as duas últimas eleições – de 2014 e 2018 – torna-se importante conhecer os resultados obtidos nos diversos estudos analíticos efetuados nas últimas décadas, até como forma de melhor entendimento do comportamento atual por via da comparação com o passado recente.

Em Ames (2003), além da relevante contribuição já mencionada, qual seja, o desenvolvimento de uma taxonomia espacial das bases eleitorais dos deputados brasileiros, também vários resultados importantes foram encontrados. A primeira foi com relação ao índice de dominância, que se mostrou mais alto nos estados da região Nordeste do país. Uma vez que o autor não conseguiu encontrar explicação para esse fato nos fatores econômicos de pobreza e subdesenvolvimento, nem mesmo na variável “região”, sua hipótese foi de que o grande número de famílias de políticos e a existência de políticas paroquialistas, as vezes até clientelistas, sejam as causas desse fenômeno. Quanto à concentração, o Nordeste, principalmente nos estados onde a população está concentrada nas capitais e com maior número de municípios, apresenta baixos índices, evidenciando a importância do fator demográfico nessa variável. Por fim, outra importante conclusão desse estudo foi a de que a dominância estava caindo em todas as regiões.

Importante estudo para a melhor compreensão da concentração eleitoral no Brasil foi o de Avelino, Biderman e Silva (2016). Estes autores ressaltam que a fraqueza dos partidos políticos, a possível existência de “distritos informais”, e suas consequências sobre a atuação dos parlamentares tem sido alvo de discussão recente na política brasileira: se os parlamentares apresentam perfil de voto mais concentrado, sua “conexão eleitoral” os fará privilegiar políticas públicas mais fragmentadas, o chamado *pork*, como forma de beneficiar seus respectivos

eleitorados. Os autores se mostram surpresos com a pequena quantidade de trabalhos procurando medir de forma mais sistemática o perfil eleitoral dos nossos parlamentares.

Interessante análise sobre a repercussão das coalizões governativas nacionais e estaduais sobre a geografia do voto das eleições para a Câmara dos Deputados, notadamente o impacto da clivagem governo-oposição na distribuição territorial de votos de partidos e candidatos foi desenvolvida em Borges, Paula e Silva (2016). Importantes conclusões foram obtidas nesse trabalho, como a de que o candidato do tipo fragmentado-dominante se associa fortemente aos candidatos mais situacionistas e a de que o efeito da incumbência sobre a capacidade dos candidatos de dominar seus municípios-chave é menos relevante do que as vantagens advindas do acesso aos recursos controlados pelo Poder Executivo na esfera federal. Além disso, o trabalho também propôs a reflexão de que o fato de o candidato ser filiado ao partido do governo estadual aumenta a chance de, se estreante, ter votação dominante. Como conclusão geral do trabalho, temos a ideia de que mesmo havendo incentivos para estratégias individuais, a preponderância do Poder Executivo no presidencialismo brasileiro faz com que o acesso às coalizões governativas nacionais e estaduais seja fator importante nas eleições legislativas.

Apesar de o Brasil adotar o sistema proporcional de lista aberta sem a existência de distritos uninominais, para alguns autores, quando se analisa o perfil de votação dos deputados federais, pode-se afirmar, ainda que informalmente, que há pequenos distritos no colégio eleitoral brasileiro. Nessa linha, Avelino, Biderman e Silva (2016), lançando mão da utilização de uma adaptação do Índice G, amplamente utilizado em trabalhos de economia regional, sugerem a existência de uma estratégia recorrente utilizadas por deputados ao longo do tempo, caracterizada por iniciar a vida política com um perfil de votação concentrado municipalmente, para em seguida ampliar sua atuação para a região, e só então conseguir atingir um eleitorado mais disperso geograficamente.

Também nessa linha de comportamento de votação, evoluindo de um perfil mais concentrado para cada vez mais disperso, Silva (2017) mostra que a magnitude dos colégios eleitorais leva à concentração espacial dos votos, mas comprova mais uma vez que o aumento do número de votos recebidos reduz a concentração. Dessa forma, o autor é enfático ao afirmar a existência de uma relação de causalidade entre competição e concentração de votos. Além disso, o autor conclui que independentemente de o candidato a deputado ser eleito ou estar no mesmo partido do vencedor ao governo do estado, seus votos seguem a tendência de se dispersarem cada vez mais.

A respeito das eleições de 2006 e 2010 para deputado federal, Câmara (2011) traz relevantes resultados. O autor verificou que, a despeito de nosso sistema eleitoral dar a qualquer candidato a prerrogativa de buscar votos em todo o estado, houve nesses pleitos uma alta concentração espacial do voto por parte dos candidatos e que essa tendência foi encontrada por quase todos os estados. Também foi verificada, ao se enquadrar os perfis de votação na taxonomia proposta por Ames (2003), prevalência do perfil concentrado-compartilhado, corroborando com a percepção de outros autores de que os deputados, em geral, se elegem com a estratégia de se estabelecerem territorialmente em determinados municípios, sem se preocuparem em serem hegemônicos. Com relação aos partidos políticos, o autor verificou que, independentemente da sua ideologia ou dimensão social, o perfil predominante também foi aquele concentrado.

No que tange especificamente à metodologia utilizada para mensuração da concentração/dispersão das votações nos estados e regiões do país, críticas relevantes vêm sendo tecidas por alguns autores. Soares (2018) ressalta que a ausência de ponderação do peso relativo da magnitude eleitoral de cada município pode distorcer os resultados, uma vez que os grandes colégios eleitorais ficam subdimensionados, efeito contrário àquele que ocorre nos municípios com número baixo de eleitores. Assim, o autor propõe um novo índice - denominado índice M -, que tem como principal inovação ao índice G a capacidade de ponderar o peso eleitoral que cada município tem no estado.

Por fim, importante destacar o trabalho de Gonçalves (2016). Diferentemente do estudo de Carvalho (2003), centrado naquilo que ele denomina unidades eleitorais primárias, os municípios, o primeiro autor mostra a importância da utilização de outras unidades de análise para acrescentar novos conhecimentos para a área. Segundo Gonçalves (2016), não obstante a força institucional dos municípios, a espacialidade dos eleitores – que abrange a experimentação econômica-social variável dos lugares, a exposição a diferentes campanhas políticas, o contato com as redes sociais locais - é fluída e não obedece a estanques recortes político-administrativos.

O trabalho se divide em seis capítulos, sendo o primeiro de introdução e o último de conclusão. O segundo capítulo trata do referencial teórico utilizado, iniciando pelo neoinstitucionalismo e os três modelos da sua vertente da escolha racional, quais sejam, distributivista, informacional e partidário. Foram abordados os sistemas eleitorais, a partir da classificação que usa como critério para categorização o quão proporcional cada um deles é. Foram revisados importantes estudos de padrões espaciais de votação, tanto no que diz respeito

a tipologias e metodologias, como também análises e resultados no caso brasileiro. Por fim, foram abordados estudos que expõem limitações de alguns dos métodos frequentemente utilizados nas pesquisas do tema.

O terceiro capítulo parte do conceito de que os municípios são as unidades eleitorais primárias para fazer pesquisas quantitativas baseadas no comportamento eleitoral em cada um deles. Em seguida, são agregados os dados por unidade da federação bem como por região geográfica do país a fim de entendermos o comportamento dos pleitos de 2014 e 2018. Também foi analisado o grupo formado pelos cem municípios com maior número de eleitores. A partir de informações como perfil modal no país, número médio de candidatos efetivos por estado e padrões de concentração e fragmentação eleitoral dos municípios, estados e regiões, foi possível comparar os pleitos alvos do estudo, bem como conhecer a tendência com relação a 20 anos atrás. Por fim, foram feitas algumas previsões de dados eleitorais - número efetivo de candidatos por município e votos aproveitados - por meio de variáveis socioeconômicas.

No quarto capítulo, o foco muda dos municípios para os deputados. Através da tipologia proposta por Ames (2003), investigou-se o padrão de votação dos deputados eleitos por meio de dois vetores - concentração e dominância - dispostos de forma ortogonal em um plano. Através da classificação do padrão de votações dos deputados eleitos de acordo com seus índices de fragmentação e dominância, foram feitas análises isoladas e conjuntas dos dois vetores. Também foram feitas análises dos padrões de concentração e dominância dos seis partidos políticos que receberam mais votos nos pleitos. Como no capítulo anterior, lançou-se mão de regressões múltiplas para tentar prever variáveis do estudo - dispersão e dominância média nos estados - através de variáveis socioeconômicas e eleitorais.

No quinto capítulo, motivado pela hipótese de que o comportamento político varia muito entre capital e interior, o estudo foi dirigido levando-se em conta essa dicotomia. Assim, a partir da caracterização de deputado de capital como sendo aquele que nela obtém pelo menos 50% de seus votos, foram abordados o déficit proporcional de representantes das capitais e a representação política das cem maiores cidades (excetuando-se capitais). Por fim, a representação dos partidos na Câmara dos Deputados segundo o corte capital/interior foi analisada por bancada partidária, pelo índice ponderado de representação das capitais nas bancadas partidárias e pela distribuição das bancadas partidárias por áreas geográficas distintas.

3 A GEOGRAFIA POLÍTICA DO JOGO: PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL EM ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADO

3.1 O COMPORTAMENTO DO MERCADO ELEITORAL NOS DISTRITOS BRASILEIROS

Em seu estudo, Carvalho (2003) inicia suas pesquisas quantitativas tomando por base o comportamento eleitoral naquelas que ele classifica como as unidades eleitorais primárias: os municípios. Assim, tendo por variável dependente a magnitude do grau de concentração e dispersão de votos dos municípios, foram utilizadas para descrevê-la variáveis socioeconômicas como o grau de urbanização, a taxa de alfabetização e o índice de desenvolvimento humano – IDH de cada um desses entes federativos. O autor esperava encontrar uma correlação positiva entre os mercados políticos mais competitivos e as variáveis econômicas sintetizadas pelo IDH.

Para analisar o grau de competição política nos municípios, o caminho metodológico foi aquele proposto por Indjaian (1981), que utiliza o índice de fragmentação de Rae invertido. Assim, da mesma forma que a literatura já utilizava tal índice para o cálculo do número efetivo de partidos, foi possível determinar o número efetivo de candidatos⁴ a deputado federal que concorreu em cada unidade política analisada. A lógica utilizada foi a de que, quanto maior o número efetivo de candidatos em cada unidade política, mais competitivo foi seu pleito.

No presente estudo, aplicando-se o índice de fragmentação em cada um dos municípios brasileiros nas eleições de 2018 e 2014, podemos notar, na Tabela 1, que a competição política nos municípios do país se desenvolve de maneira concentrada em um número não muito grande de candidatos. Comparando-se com os valores encontrados por Carvalho (2003) percebe-se que o número efetivo de candidatos por estado da federação subiu razoavelmente em todos eles. Assim, ainda que persista a situação de não muitos candidatos disputando efetivamente o posto em cada município, nota-se claramente que, decorridos vinte anos, de uma forma geral, há uma tendência de aumento no grau de competitividade no interior das unidades eleitorais.

Com relação ao conjunto do país, diferentemente dos pleitos de 1994 e 1998, onde a média do número efetivo de candidatos por município se mostrou razoavelmente estável -

⁴ O número efetivo de candidatos define o grau de fragmentação da unidade política, ponderando a votação relativa dos deputados nela votados. Em uma palavra, ele indica a quantidade de candidatos com votação relevante na unidade política.

houve uma leve queda de 5,70 para 5,50 -, o período aqui analisado, além de apresentar valores substancialmente maiores que aqueles do período pesquisado por Carvalho (2003), apresentou também uma elevada variação positiva entre 2018 e 2014 - cerca de 36%. Parte desse efeito pode ser explicada pelo fato de que, nesses períodos, a fragmentação partidária se acentuou, com o número de partidos presentes em cada pleito sendo cada vez maior.

Ainda a respeito dos dados da Tabela 1⁵, voltando à análise por estados, embora a posição relativa de cada um em relação aos demais tenha se alterado pouco entre 2014 e 2018, o padrão de competitividade absoluto de cada um dos estados teve um aumento razoável. Chama a atenção tal comportamento porque, no estudo de Carvalho (2003), ao contrário, constatou-se grande estabilidade nos valores absolutos de cada estado.

Tabela 1 – Número médio efetivo de candidatos por estado

| UF | Número candidatos | | Número de Partidos | | Média do número efetivo de candidatos por município | |
|----|-------------------|------|--------------------|------|---|-------|
| | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 |
| AC | 62 | 114 | 26 | 31 | 9,95 | 11,28 |
| AL | 100 | 112 | 26 | 33 | 6,01 | 5,80 |
| AM | 79 | 172 | 29 | 32 | 6,79 | 8,51 |
| AP | 104 | 140 | 28 | 30 | 15,27 | 20,09 |
| BA | 312 | 506 | 30 | 33 | 6,47 | 7,37 |
| CE | 195 | 282 | 31 | 33 | 5,65 | 7,59 |
| DF | 128 | 215 | 32 | 35 | 21,31 | 30,82 |
| ES | 157 | 196 | 30 | 33 | 7,99 | 12,49 |
| GO | 95 | 239 | 23 | 33 | 6,90 | 8,89 |
| MA | 235 | 232 | 31 | 33 | 6,74 | 6,86 |
| MG | 620 | 896 | 32 | 35 | 6,10 | 9,51 |
| MS | 116 | 155 | 30 | 33 | 8,06 | 9,95 |
| MT | 96 | 166 | 27 | 32 | 6,42 | 8,46 |
| PA | 174 | 163 | 30 | 32 | 8,62 | 10,40 |
| PB | 96 | 180 | 29 | 31 | 4,24 | 5,66 |
| PE | 155 | 374 | 30 | 34 | 5,68 | 7,01 |
| PI | 88 | 163 | 28 | 32 | 5,24 | 5,52 |
| PR | 295 | 467 | 31 | 34 | 6,67 | 9,90 |
| RJ | 953 | 1144 | 32 | 35 | 14,16 | 24,28 |
| RN | 83 | 153 | 28 | 34 | 4,77 | 6,90 |
| RO | 81 | 132 | 27 | 31 | 8,07 | 10,91 |
| RR | 80 | 171 | 29 | 32 | 11,47 | 16,13 |

(continua)

⁵ As tabelas originais de Carvalho (2003) estão disponíveis ao final do trabalho.

| | | | | | | (continuação) |
|--------|------|------|----|----|-------|---------------|
| RS | 308 | 446 | 29 | 34 | 9,57 | 12,50 |
| SC | 128 | 272 | 28 | 34 | 6,89 | 10,48 |
| SE | 73 | 148 | 26 | 33 | 6,79 | 7,78 |
| SP | 1318 | 1621 | 32 | 35 | 11,40 | 16,36 |
| TO | 47 | 113 | 22 | 31 | 5,45 | 5,90 |
| Brasil | 6178 | 8972 | 32 | 35 | 7,35 | 9,99 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Carvalho (2003), com o intuito de avaliar com mais acurácia a competitividade de suas unidades eleitorais, lançou mão da metodologia utilizada por Dias (1991), na qual os municípios são classificados em quatro perfis pré-determinados. Tais perfis foram construídos a partir do grau de concentração/dispersão encontrado para cada um deles, representado no trabalho pelo seu número efetivo de candidatos. Dessa forma, os quatro perfis determinados estão exibidos pela Tabela 2.

Tabela 2 – Critérios de classificação dos municípios de acordo com concentração/fragmentação eleitoral

| Tipos de concentração | Índice de Rae invertido |
|-----------------------|-------------------------|
| Concentração Alta | Abaixo de 4,5 |
| Concentração Média | Entre 4,5 e 6,4 |
| Dispersão Média | Entre 6,4 e 11,7 |
| Dispersão Alta | Acima de 11,7 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos parâmetros de Carvalho (2003).

Assim, através dessa tipologia, Carvalho (2003) expôs a frequência dos diferentes padrões de competição política nos municípios, encontrando uma configuração restrita, ou seja, com poucos candidatos competindo efetivamente em cada unidade eleitoral. Além disso, o autor constatou mais uma vez considerável estabilidade, dessa vez explicitada pelo fato de as frequências em cada uma das faixas permanecerem relativamente constantes ao longo do tempo.

Já com relação aos dados do presente estudo, relativos aos anos de 2014 e 2018, exibidos pela Tabela 3, os padrões de concentração e fragmentação eleitoral dos municípios deixam clara uma mudança de comportamento depois de vinte anos. Primeiramente, porque o cenário verificado por Carvalho (2003), que apresentava nos dois pleitos mais de 70% da votação concentrada, começou a mudar para um relativo equilíbrio entre municípios dispersos e concentrados em 2014, e inverteu-se completamente em 2018, para uma predominância do

perfil disperso, encontrado em cerca de dois terços dos municípios. Saltou aos olhos nos recentes certames não só a grande mudança de perfil de votação dos municípios depois de vinte anos, como também a grande instabilidade encontrada, mesmo quando o período analisado é o de dois pleitos consecutivos. Além disso, o perfil modal, que em 1994 e 1998 era flagrantemente aquele de concentração alta, passou a ser, ainda que de maneira menos destacada, os perfis de dispersão alta e dispersão média em 2014 e 2018, respectivamente.

De forma reduzida, os dados encontrados recentemente evidenciam substancial mudança em relação aos observados nos pleitos de vinte anos atrás. Nas duas últimas eleições para deputado federal, o mercado político tomou uma forma razoavelmente mais competitiva e pouco estável no tempo.

Importante destacar que, na metodologia aqui adotada, a percepção de maior ou menor competitividade é integralmente balizada pelos parâmetros de classificação dos padrões de concentração e fragmentação eleitoral dos municípios. No trabalho atual, principalmente pela intenção de fazer uma comparação com o trabalho de Carvalho em 2003, foram utilizados os mesmos parâmetros da obra desse autor. Essa escolha é chave para se efetuar a análise da tendência do comportamento dos municípios. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que a classificação de cada pleito de acordo com sua maior ou menor competitividade será tão boa quanto a qualidade da escolha de tais parâmetros.

Tabela 3 – Padrões de concentração e fragmentação eleitoral dos municípios

| Tipos de concentração | Municípios 2014 | % | Municípios 2018 | % |
|-----------------------|-----------------|------|-----------------|------|
| Concentração Alta | 1500 | 27% | 858 | 15% |
| Concentração Média | 1392 | 25% | 1000 | 18% |
| Dispersão Média | 728 | 13% | 2105 | 38% |
| Dispersão Alta | 1950 | 35% | 1607 | 29% |
| Total | 5570 | 100% | 5570 | 100% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Ao se fazer um corte em nossa massa de dados para que trabalhemos exclusivamente com os cem maiores municípios do país, assim definidos como aqueles com os maiores eleitorados, temos novamente uma mudança no cenário, como exibido pela Tabela 4.

Aqui, de forma mais evidente, vemos o perfil concentrado sendo quase que eliminado da nossa análise. Diferentemente de 1994 e 1998, em que Carvalho se deparou com uma forte ocorrência do padrão concentrado de competição, presente em quase metade dos cem maiores municípios brasileiros, em 2014 e 2018 o cenário foi outro. Vinte anos depois, pouquíssimos

municípios apresentaram padrão de competição concentrado. Em 1994 tal padrão era observado em cerca de metade dos cem maiores municípios. Se, em 2014, o número já havia caído para menos de um quinto, em 2018 tal perfil foi drasticamente reduzido, sendo representado por apenas 3% dos municípios. Por outro lado, o perfil disperso, que já se mostrava amplamente predominante em 2014, tornou-se hegemônico em 2018.

Tabela 4 – Padrões de competição política nos cem maiores municípios brasileiros

| Tipos de concentração | Municípios 2014 | % | Municípios 2018 | % |
|-----------------------|-----------------|------|-----------------|------|
| Concentração Alta | 5 | 5% | 2 | 2% |
| Concentração Média | 13 | 13% | 1 | 1% |
| Dispersão Média | 22 | 22% | 18 | 18% |
| Dispersão Alta | 60 | 60% | 79 | 79% |
| Total | 100 | 100% | 100 | 100% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Uma vez identificados os padrões em âmbito nacional, mudemos nosso foco para os estados a fim de saber se há relevantes diferenças entre eles, e se há padrões identificáveis nas cinco regiões do país.

De acordo com os dados das Tabelas 5 e 6, assim como notado por Carvalho em 1994 e 1998, também em 2014 e 2018 houve uma grande variação no perfil de votação nos estados. Enquanto o estado do Amapá apresentou um padrão de votação completamente disperso nos dois pleitos, o estado da Paraíba variou de um quarto dos votos dispersos em 2014 para um décimo em 2018.

Também se extrai das Tabelas 5 e 6, da mesma forma que há vinte anos, a percepção de que os estados do Nordeste têm um perfil diferente dos demais estados da federação. Enquanto os estados dessa região, que em geral são os mais pobres do país, apresentaram uma forte concentração – variando de 51% a 91% de municípios concentrados em 2014 e 39% a 73% em 2018– os estados localizados nas demais regiões apresentaram, de uma forma geral, uma votação bem mais dispersa.

Assim, a conclusão de Carvalho (2003) de que existem no país dois mercados políticos com dinâmicas diferentes, quais sejam, um primeiro mercado onde a competição é restrita a um menor número de atores - notadamente nos municípios localizados nos estados mais pobres - e um segundo mercado, mais fragmentado, onde há maior competição, e que em geral se situa nos municípios de estados mais prósperos, também é válida para os últimos pleitos. Por outro lado, com relação à evolução entre duas eleições consecutivas, a estabilidade notada há vinte

anos não se manteve. A concentração caiu bastante entre 2014 e 2018 e esse foi um fenômeno que pôde ser observado em quase todos os estados, não importando se do grupo dos mais ou dos menos competitivos.

Tabela 5– Padrões de competição política nos estados – 2014

| | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | | Total |
|--------|-------------------|------------|--------------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|-------|
| | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | |
| AC | 1 | 5% | 2 | 9% | 11 | 50% | 8 | 36% | 22 |
| AL | 30 | 29% | 34 | 33% | 35 | 34% | 3 | 3% | 102 |
| AM | 9 | 15% | 23 | 37% | 27 | 44% | 3 | 5% | 62 |
| AP | 0 | 0% | 0 | 0% | 3 | 19% | 13 | 81% | 16 |
| BA | 138 | 33% | 114 | 27% | 128 | 31% | 37 | 9% | 417 |
| CE | 82 | 45% | 44 | 24% | 47 | 26% | 11 | 6% | 184 |
| DF | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 100% | 1 |
| ES | 12 | 15% | 16 | 21% | 37 | 47% | 13 | 17% | 78 |
| GO | 57 | 23% | 71 | 29% | 99 | 40% | 19 | 8% | 246 |
| MA | 61 | 28% | 64 | 29% | 73 | 34% | 19 | 9% | 217 |
| MG | 335 | 39% | 254 | 30% | 201 | 24% | 63 | 7% | 853 |
| MS | 4 | 5% | 15 | 19% | 56 | 71% | 4 | 5% | 79 |
| MT | 39 | 28% | 39 | 28% | 56 | 40% | 7 | 5% | 141 |
| PA | 9 | 6% | 22 | 15% | 91 | 63% | 22 | 15% | 144 |
| PB | 154 | 69% | 50 | 22% | 14 | 6% | 5 | 2% | 223 |
| PE | 94 | 51% | 41 | 22% | 36 | 19% | 14 | 8% | 185 |
| PI | 96 | 43% | 79 | 35% | 46 | 21% | 3 | 1% | 224 |
| PR | 109 | 27% | 110 | 28% | 152 | 38% | 28 | 7% | 399 |
| RJ | 3 | 3% | 9 | 10% | 30 | 33% | 50 | 54% | 92 |
| RN | 84 | 50% | 58 | 35% | 23 | 14% | 2 | 1% | 167 |
| RO | 5 | 10% | 9 | 17% | 32 | 62% | 6 | 12% | 52 |
| RR | 0 | 0% | 0 | 0% | 8 | 53% | 7 | 47% | 15 |
| RS | 36 | 7% | 77 | 15% | 276 | 56% | 108 | 22% | 497 |
| SC | 45 | 15% | 88 | 30% | 148 | 50% | 14 | 5% | 295 |
| SE | 8 | 11% | 30 | 40% | 33 | 44% | 4 | 5% | 75 |
| SP | 44 | 7% | 81 | 13% | 258 | 40% | 262 | 41% | 645 |
| TO | 45 | 32% | 62 | 45% | 30 | 22% | 2 | 1% | 139 |
| Brasil | 1500 | 27% | 1392 | 25% | 1950 | 35% | 728 | 13% | 5570 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Tabela 6 – Padrões de competição política nos estados – 2018

| | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | | Total |
|--------|-------------------|------------|--------------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|-------|
| | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | |
| AC | 1 | 5% | 2 | 9% | 9 | 41% | 10 | 45% | 22 |
| AL | 32 | 31% | 36 | 35% | 32 | 31% | 2 | 2% | 102 |
| AM | 6 | 10% | 10 | 16% | 35 | 56% | 11 | 18% | 62 |
| AP | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 16 | 100% | 16 |
| BA | 91 | 22% | 118 | 28% | 153 | 37% | 55 | 13% | 417 |
| CE | 49 | 27% | 42 | 23% | 68 | 37% | 25 | 14% | 184 |
| DF | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 100% | 1 |
| ES | 4 | 5% | 5 | 6% | 28 | 36% | 41 | 53% | 78 |
| GO | 35 | 14% | 46 | 19% | 103 | 42% | 62 | 25% | 246 |
| MA | 56 | 26% | 61 | 28% | 83 | 38% | 17 | 8% | 217 |
| MG | 139 | 16% | 178 | 21% | 333 | 39% | 203 | 24% | 853 |
| MS | 2 | 3% | 8 | 10% | 49 | 62% | 20 | 25% | 79 |
| MT | 20 | 14% | 21 | 15% | 76 | 54% | 24 | 17% | 141 |
| PA | 10 | 7% | 9 | 6% | 75 | 52% | 50 | 35% | 144 |
| PB | 96 | 43% | 66 | 30% | 51 | 23% | 10 | 4% | 223 |
| PE | 56 | 30% | 55 | 30% | 51 | 28% | 23 | 12% | 185 |
| PI | 100 | 45% | 61 | 27% | 57 | 25% | 6 | 3% | 224 |
| PR | 32 | 8% | 62 | 16% | 192 | 48% | 113 | 28% | 399 |
| RJ | 1 | 1% | 2 | 2% | 15 | 16% | 74 | 80% | 92 |
| RN | 38 | 23% | 54 | 32% | 61 | 37% | 14 | 8% | 167 |
| RO | 0 | 0% | 4 | 8% | 28 | 54% | 20 | 38% | 52 |
| RR | 0 | 0% | 1 | 7% | 2 | 13% | 12 | 80% | 15 |
| RS | 12 | 2% | 37 | 7% | 220 | 44% | 228 | 46% | 497 |
| SC | 12 | 4% | 32 | 11% | 165 | 56% | 86 | 29% | 295 |
| SE | 8 | 11% | 21 | 28% | 34 | 45% | 12 | 16% | 75 |
| SP | 8 | 15% | 25 | 4% | 144 | 22% | 468 | 73% | 645 |
| TO | 50 | 36% | 44 | 32% | 41 | 29% | 4 | 3% | 139 |
| Brasil | 858 | 15% | 1000 | 18% | 2105 | 38% | 1607 | 29% | 5570 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

No que concerne ao grau de competitividade das unidades eleitorais por faixas geográficas, falta-nos analisar o perfil baseado nas regiões do País. Pela análise da Tabela 7 e da Tabela 8, de imediato percebe-se que, da mesma forma que nos pleitos analisados por Carvalho, continuam existindo hoje no país dois extremos, ainda representados por Sul e Nordeste, sendo o primeiro muito mais competitivo e o segundo com um perfil mais fechado à concorrência. Entretanto, com relação às demais regiões, não só o Sudeste se mostra mais próximo do perfil encontrado na Região Sul. Diferentemente de 1998, também as regiões Norte e Centro Oeste se apresentam com padrões muito mais próximos do perfil competitivo do Sul que daquele mais concentrado do Nordeste. Assim, em 2018, enquanto 16% dos municípios da região Sul apresentam perfil concentrado, no Nordeste esse valor chega a 58%. Além disso, as

demais regiões variam entre 22% e 30%, ou seja, posicionam-se mais próximas da competição notada na Região Sul.

Tabela 7– Padrão de concentração e dispersão do voto por região do país – 2014

| | Concentração Alta | Concentração Média | Dispersão Média | Dispersão Alta | |
|--------------|----------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|------|
| Brasil | 1500 27% | 1392 25% | 1950 35% | 728 13% | 5570 |
| Norte | 69 15% | 118 26% | 202 45% | 61 14% | 450 |
| Nordeste | 747 42% | 514 29% | 435 24% | 98 5% | 1794 |
| Centro-Oeste | 100 21% | 125 27% | 211 45% | 31 7% | 467 |
| Sudeste | 394 24% | 360 22% | 526 32% | 388 23% | 1668 |
| Sul | 190 16% | 275 23% | 576 48% | 150 13% | 1191 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Tabela 8 – Padrão de concentração e dispersão do voto por região do país – 2018

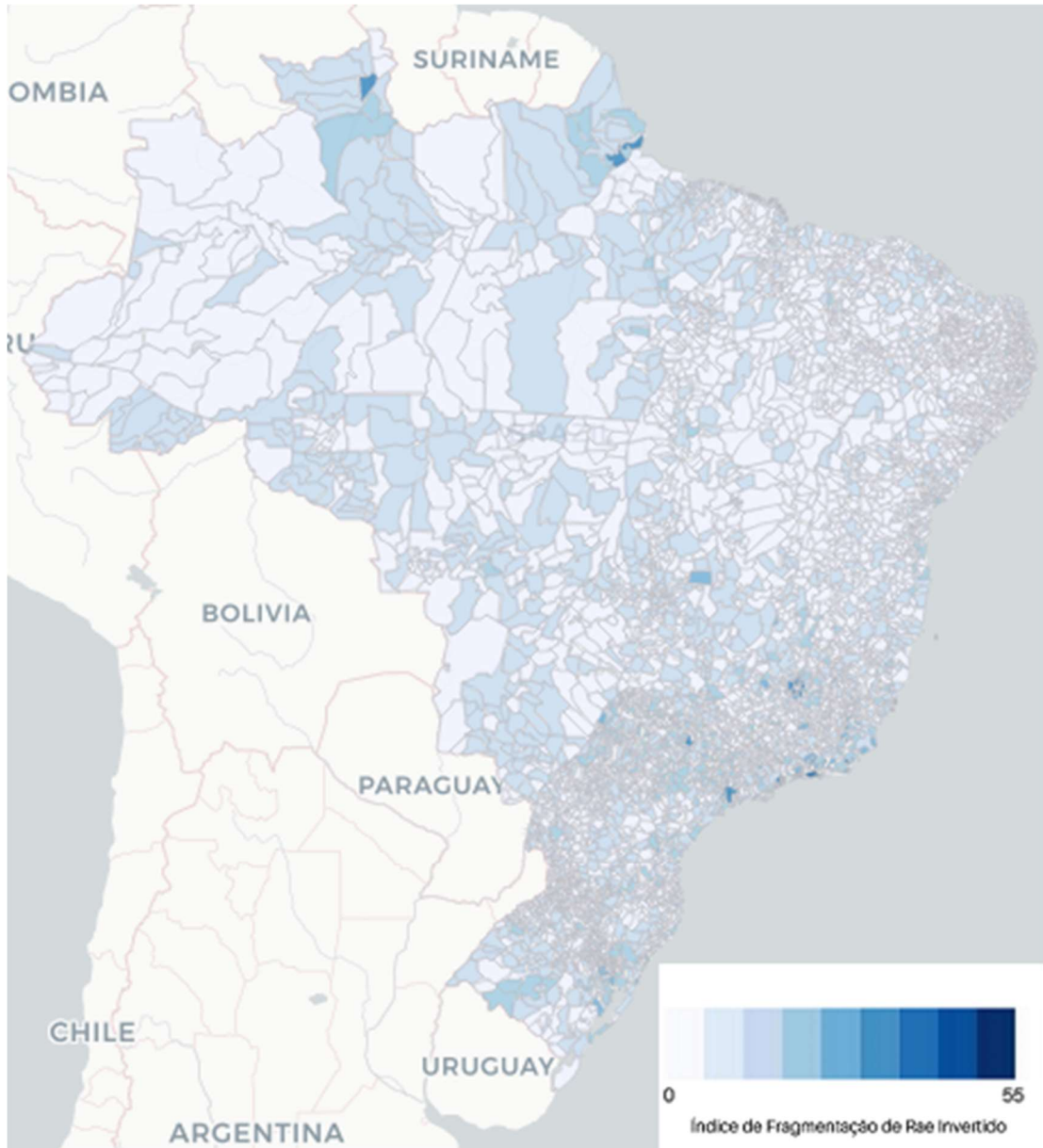
| | Concentração Alta | Concentração Média | Dispersão Média | Dispersão Alta | |
|--------------|----------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|------|
| Brasil | 858 15% | 1000 18% | 2105 38% | 1607 29% | 5570 |
| Norte | 67 15% | 70 16% | 190 42% | 123 27% | 450 |
| Nordeste | 526 29% | 514 29% | 590 33% | 164 9% | 1794 |
| Centro-Oeste | 57 12% | 75 16% | 228 49% | 107 23% | 467 |
| Sudeste | 152 9% | 210 13% | 520 31% | 786 47% | 1668 |
| Sul | 56 5% | 131 11% | 577 48% | 427 36% | 1191 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

As Figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7 abaixo, facilitam a visualização dos padrões de competição política nos municípios brasileiros em 2018, através da exibição de mapas nos quais os municípios são exibidos em diferentes gradações de azul, variando do tom mais claro, correspondente ao valor do índice de fragmentação de Rae invertido igual a 0 (zero), onde a

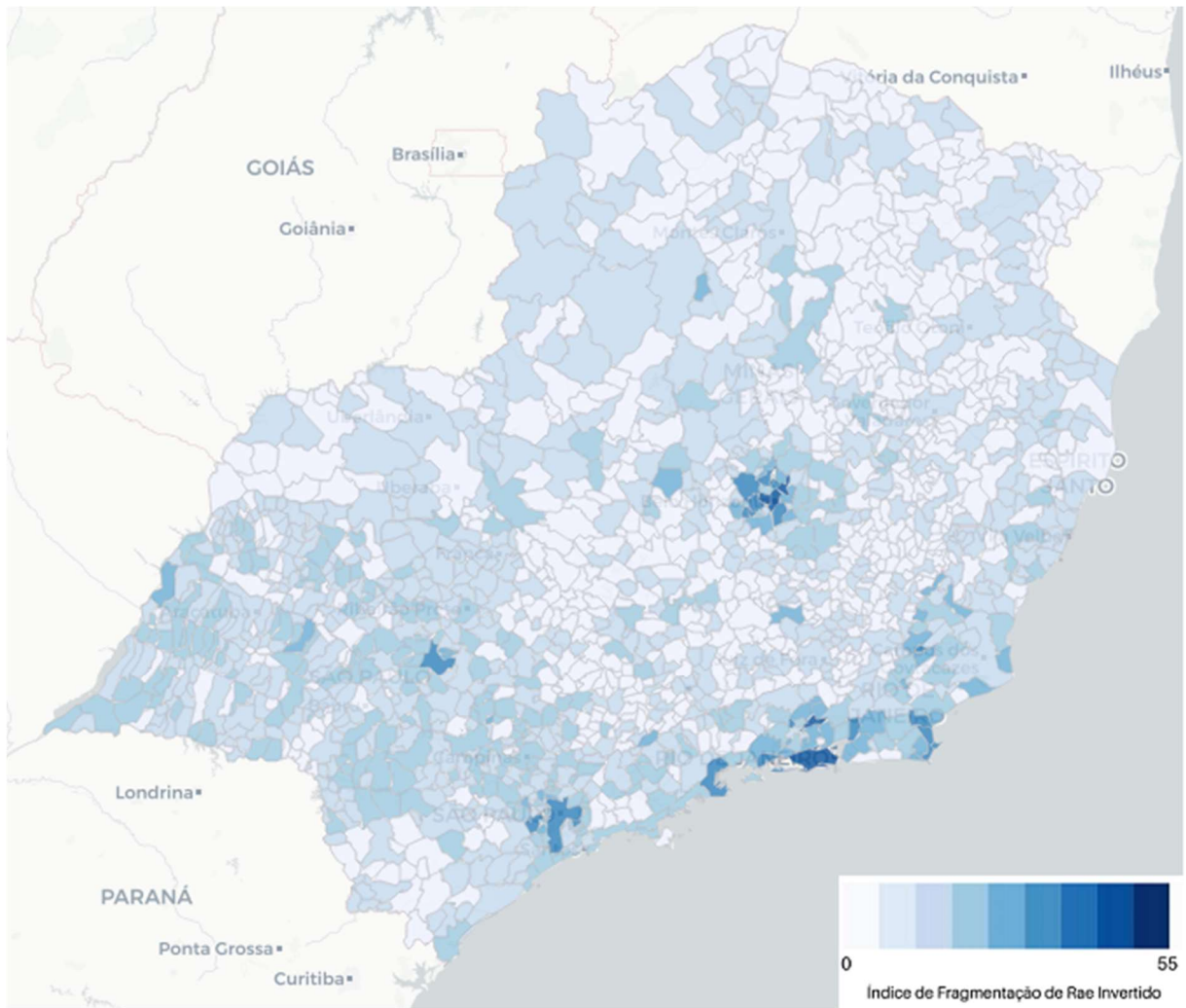
competitividade é mínima, até o tom mais escuro, onde o mesmo índice tem valor 55 (cinquenta e cinco), que foi o grau máximo de competitividade encontrada naquele pleito.

Figura 2- Padrões de competição política nos municípios do Brasil



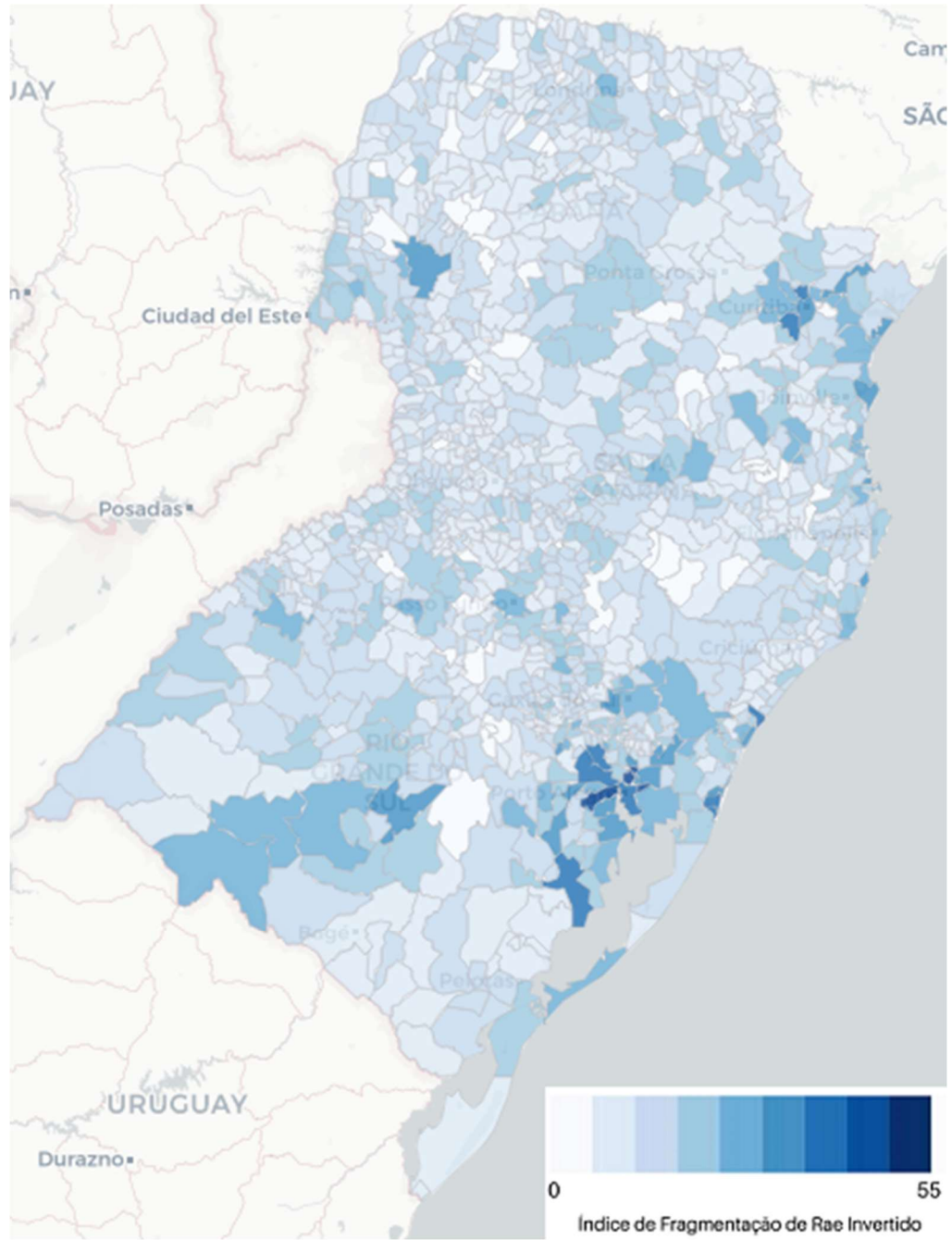
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 3- Padrões de competição política nos municípios da Região Sudeste



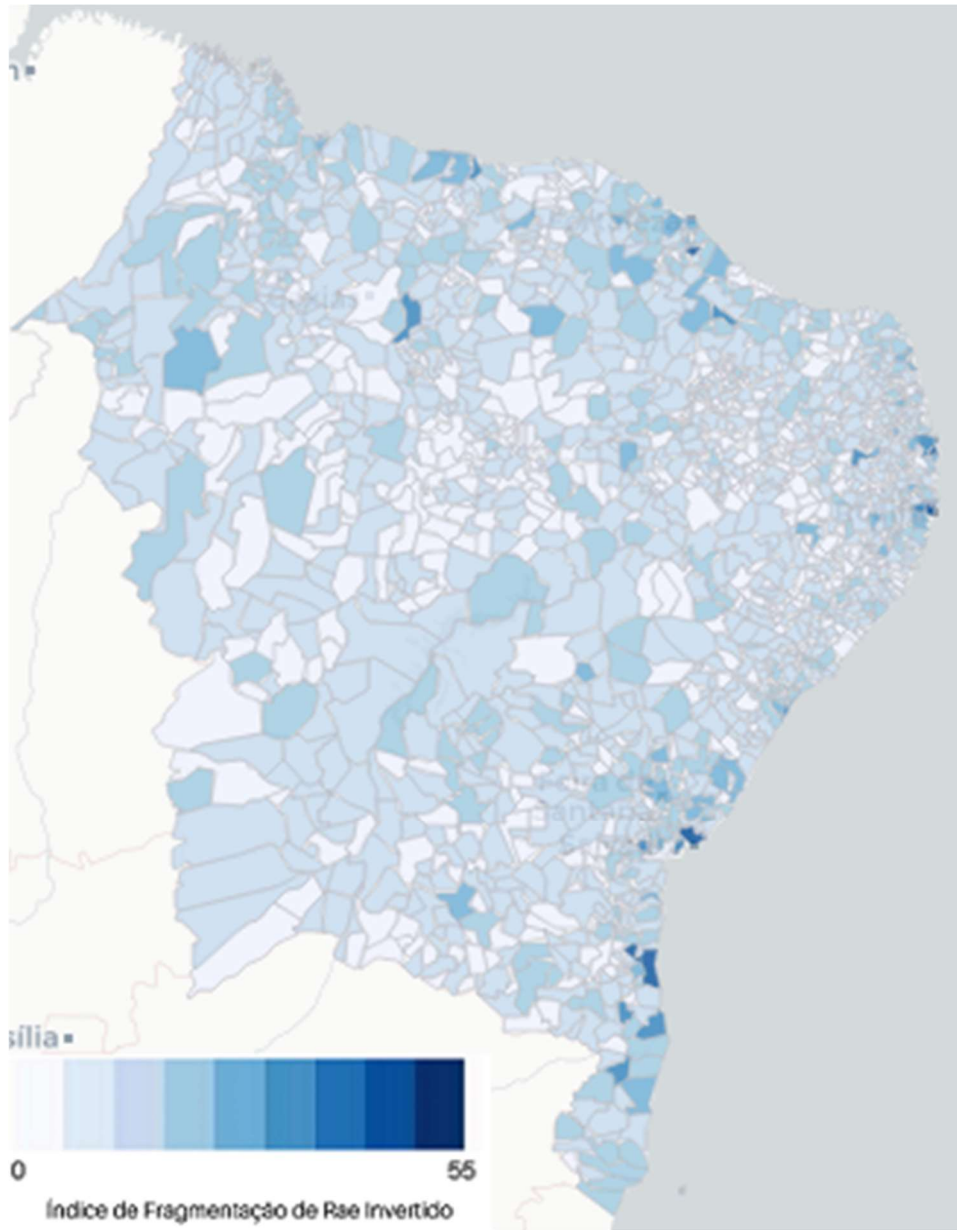
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 4- Padrões de competição política nos municípios da Região Sul



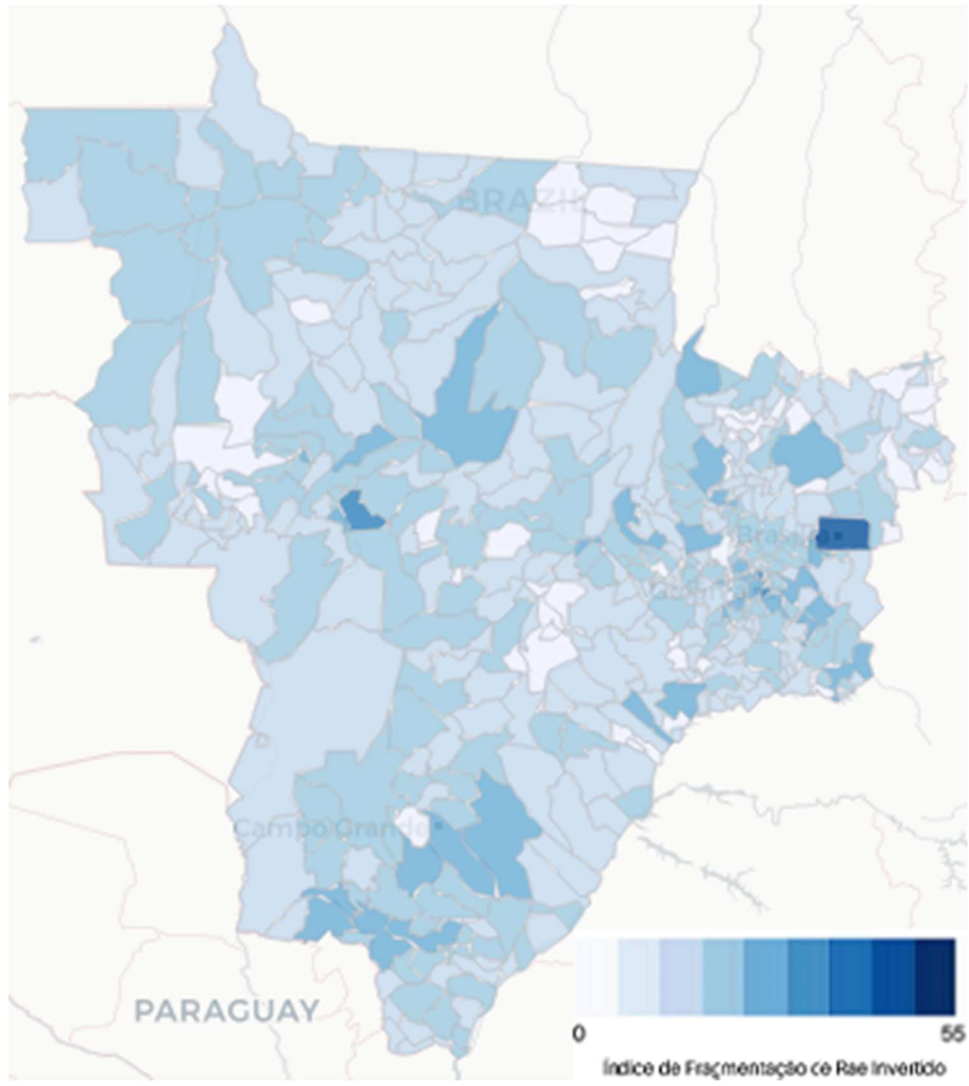
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 5- Padrões de competição política nos municípios da Região Nordeste



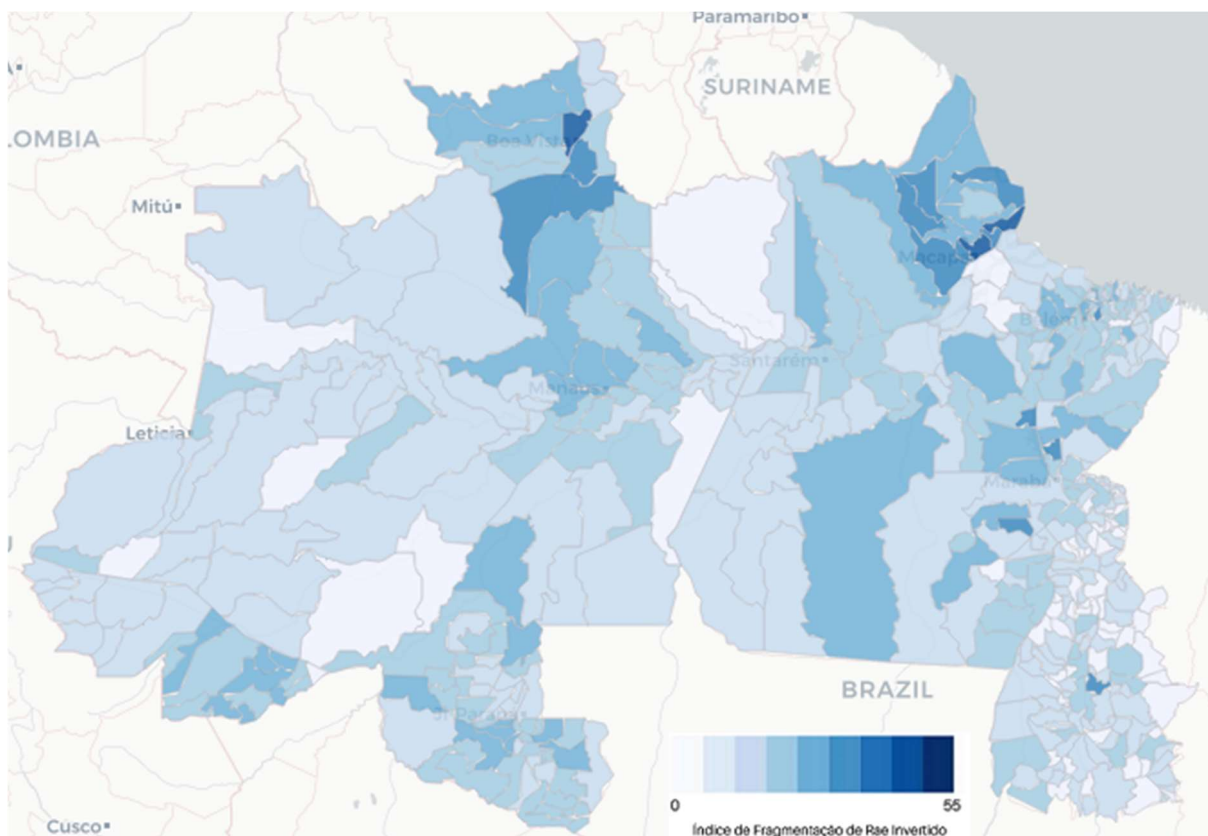
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 6- Padrões de competição política nos municípios da Região Centro-Oeste



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 7- Padrões de competição política nos municípios da Região Norte



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

A Tabela 9 exibe os dados obtidos de uma regressão múltipla para as eleições de 2018, tendo como valor predito o grau de competitividade nos mercados políticos municipais e duas variáveis preditoras: o IDHM – por ser uma variável que condensa diversos fatores socioeconômicos – e a magnitude dos colégios eleitorais.

Foram trabalhados dois modelos. No primeiro, levou-se em consideração apenas a magnitude do eleitorado; no segundo, acrescentou-se a variável IDHM. Se, no trabalho de Carvalho, a respeito das eleições de 1998, o primeiro modelo se mostrou pouco representativo, com um R^2 de 12%, em 2018 esse primeiro modelo foi ainda mais modesto, com apenas 6% da variação do grau de competitividade dos mercados políticos municipais sendo explicados pela magnitude do eleitorado. Além disso, o impacto da variação de 500 mil eleitores que, em 1998, era de 5,4 candidatos efetivos no município, em 2018, foi de 4,8 candidatos efetivos.

Já no segundo modelo, a inclusão do IDHM, de relativo impacto em 1998, teve uma influência ainda maior em 2018. Tal variável socioeconômica, responsável pelo R^2 saltar de 12% para 22%, em 1998, no mais recente pleito foi responsável pela evolução de 6%, no primeiro modelo, para 27% no segundo. Assim, embora as variáveis preditoras ainda não

tenham uma capacidade de explicação grande, já atingem níveis superiores aos de 1998. Com relação à influência de cada variável preditora utilizada no segundo modelo, tanto a variação do IDHM quanto a variação da magnitude do eleitorado se mostraram de impacto menor no grau de competitividade do mercado eleitoral municipal em 2018 que em 1998.

Tabela 9 – Preditores do número efetivo de candidatos nos municípios brasileiros em eleições para a Câmara dos Deputados – 2018

| | Modelo 1 | Modelo 2 |
|----------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Constante | 9,734*** (0,0848) | -0,174*** (0,685) |
| IDHM | | 4,125*** (1,035) |
| Eleitores | 0,00000964*** (0,000000526) | 0,00000704*** (0,000000469) |
| R ² | 6% | 27% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE e Portal Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

*** Significante ao nível de 0,001. Erro padrão entre parênteses.

Em sua pesquisa, Carvalho (2003) propõe outra variável que ele considera relevante para analisar o mercado político brasileiro, qual seja, o percentual de votos aproveitados, definido como o percentual de votos dirigidos a candidatos efetivamente eleitos. Assim, na Tabela 10, podemos notar como se comportou esse percentual de votos não desperdiçados nos pleitos de 2014 e 2018. De uma forma geral, a posição relativa dos estados do Nordeste, em um ranking nacional, ainda que não seja tão à frente dos demais estados quanto estavam na pesquisa de Carvalho, continua de destaque, o que vai ao encontro da hipótese de que a concentração eleitoral no caso brasileiro está intimamente ligada com a oligarquização de nosso mercado político.

Com relação aos valores absolutos por estado, nota-se também que o percentual de votos aproveitados caiu bastante em todas as regiões e estados do Brasil, tanto quando comparamos 2014 com 2018, quanto quando comparamos tais pleitos com aqueles de vinte anos atrás. Uma hipótese explicativa para esse fenômeno é a de que candidatos com menos recursos financeiros tenham conseguido atingir eleitorados anteriormente cativos de candidatos com campanhas mais caras.

Tabela 10 – Percentual de votos conferidos a candidatos eleitos por estado

| Região | UF | Percentual de Votos para candidatos eleitos 2014 | Percentual de Votos para candidatos eleitos 2018 |
|--------------|---------------------|--|--|
| Nordeste | Paraíba | 75% | 70% |
| Nordeste | Ceará | 75% | 66% |
| Nordeste | Pernambuco | 75% | 65% |
| Nordeste | Bahia | 71% | 64% |
| Centro-Oeste | Goiás | 70% | 63% |
| Sudeste | Minas Gerais | 69% | 61% |
| Nordeste | Rio Grande do Norte | 69% | 61% |
| Sul | Santa Catarina | 68% | 61% |
| Sul | Paraná | 67% | 60% |
| Norte | Amazonas | 66% | 60% |
| Sul | Rio Grande do Sul | 66% | 59% |
| Nordeste | Alagoas | 66% | 59% |
| Nordeste | Piauí | 65% | 58% |
| Nordeste | Sergipe | 64% | 55% |
| Sudeste | São Paulo | 63% | 55% |
| Norte | Tocantins | 62% | 50% |
| Sudeste | Rio de Janeiro | 60% | 49% |
| Norte | Pará | 59% | 47% |
| Centro-Oeste | Mato Grosso | 56% | 47% |
| Centro-Oeste | Mato Grosso do Sul | 56% | 43% |
| Nordeste | Maranhão | 52% | 42% |
| Norte | Roraima | 51% | 42% |
| Norte | Acre | 50% | 42% |
| Centro-Oeste | Distrito Federal | 48% | 41% |
| Norte | Rondônia | 47% | 41% |
| Sudeste | Espírito Santo | 46% | 38% |
| Norte | Amapá | 36% | 34% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Para verificar a hipótese de que as populações mais pobres e menos urbanizadas apresentam maior aproveitamento de votos, lançaremos mão novamente da ferramenta de regressão múltipla.

Ao fazermos regressões múltiplas tendo como variável predita o percentual de votos aproveitados nos municípios brasileiros, e tendo como variáveis preditoras o IDHM num primeiro modelo, e o IDHM e a magnitude eleitoral no segundo modelo, chegamos aos resultados exibidos na Tabela 11.

Assim como nas pesquisas de Carvalho (2003), o modelo 1 nos revela que o IDHM é negativo e estatisticamente significativo, ou seja, distritos mais pobres continuam tendo menos

"desperdício de votos". Enquanto, em 1998, 12% da variância do percentual de votos aproveitados foi explicada pelo IDHM, em 2018 esse valor caiu para 10%. Ao trabalharmos com o segundo modelo, acrescentando a variável magnitude do eleitorado, assim como em 1998, tal variável não apresenta significância estatística. Além disso, o seu acréscimo ao modelo em 2018 também não alterou o percentual da variância explicada pelo modelo.

Tabela 11– Preditores de votos aproveitados nos municípios brasileiros para candidatos à Câmara dos Deputados

| | Modelo 1 | Modelo 2 |
|-----------|-----------------------|--------------------------------|
| Constante | 1,128*** (0,020) | 1,126*** (0,0204) |
| IDHM | -0,747 *** (0,031) | -0,742*** (0,0309) |
| Eleitores | | 0,0000000167 (0,0000000140) |
| R^2 | 10% | 10% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE e do Portal Atlas do Desenvolvimento Humano.

*** Significante ao nível de 0,001. Erro padrão entre parênteses.

Por meio da Tabela 12, podemos analisar o grau de aproveitamento dos votos de uma maneira mais regionalizada. Nesta tabela, foi utilizada a média de votos aproveitados por região do país, classificadas em quatro faixas de competição, seguindo o padrão que havíamos definido na Tabela 2.

A região com maior índice de aproveitamento, vinte anos depois, continua sendo a Nordeste. Entretanto, em 2018, temos agora o Centro-Oeste como região onde há maior “desperdício” de votos. Além disso, a diferença do percentual entre as duas regiões de perfis mais extremos é consideravelmente menor que o encontrado em 1998 - passou de 23% para 12% -, o que mostra uma maior homogeneidade entre as cinco regiões. Fato reforçado pelo fato de, em 2018, o Nordeste não mais ter o maior percentual de aproveitamento em todas as quatro faixas de competição definidas.

Por fim, talvez por um enfraquecimento dos grupos políticos que há décadas dominavam os estados da Bahia e Maranhão, não se observa mais um destaque desses dois estados no aproveitamento de votos. Embora a queda da Bahia no ranking tenha sido mais branda - da primeira para a quarta posição -, impressiona o estado do Maranhão, que saiu da terceira posição em 1998 para a vigésima primeira posição em 2014, e subiu para a sexta posição em 2018.

Tabela 12 – Percentual de votos aproveitados por região e faixas de competição em 2018

| | | Votos Aproveitados (média) | Concentração Alta | Concentração Média | Dispersão Média | Dispersão Alta |
|--------------|--------------------|----------------------------|-------------------|--------------------|-----------------|----------------|
| Centro-Oeste | No. de cidades | 467 | 57 | 75 | 228 | 107 |
| | Votos aproveitados | 51% | 56% | 52% | 53% | 49% |
| Norte | No. de cidades | 1794 | 526 | 514 | 590 | 164 |
| | Votos aproveitados | 63% | 72% | 58% | 57% | 53% |
| Nordeste | No. de cidades | 450 | 67 | 70 | 190 | 123 |
| | Votos aproveitados | 55% | 77% | 69% | 62% | 55% |
| Sudeste | No. de cidades | 1668 | 152 | 210 | 520 | 786 |
| | Votos aproveitados | 56% | 64% | 62% | 58% | 53% |
| Sul | No. de cidades | 1191 | 56 | 131 | 577 | 427 |
| | Votos aproveitados | 56% | 68% | 57% | 58% | 56% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

O Quadro 1 exibe os principais achados de Carvalho (2003) para os pleitos de 1994 e 1998 e aqueles encontrados pelo corrente estudo.

Quadro 1 - Principais achados nos municípios brasileiros em 1994 e 1998 comparados com 2014 e 2018

| Achado | 1994 e 1998 | 2014 e 2018 |
|---|---|---|
| Varição da média nacional do número efetivo de candidatos por município | Valores mais baixos e estáveis entre dois pleitos. | Valores mais altos e instáveis entre os dois pleitos. |
| Padrões de concentração eleitoral dos municípios | Majoria dos municípios com votação concentrada. | Equilíbrio entre municípios concentrados e fragmentados em 2014 e preponderância de fragmentados em 2018. |
| Padrões de concentração eleitoral dos cem maiores municípios | Equilíbrio entre municípios com votação concentrada e fragmentada. | Quase inexistência de municípios com votação concentrada. |
| Perfil modal de município | Concentração alta. | Dispersão alta e média. |
| Análise por região | Dois polos destacados: Nordeste mais concentrado e Sul mais disperso. | Permanecem dois polos destacados: Nordeste mais concentrado e Sul mais disperso. |
| Predição do número efetivo de candidatos nos municípios | Magnitude do eleitorado explicou modestamente e teve baixo impacto na predição do número efetivo de candidatos. Acréscimo do IDHM ajudou a explicar melhor o número efetivo de candidatos. | Magnitude do eleitorado explicou menos e teve menor impacto na predição do número efetivo de candidatos que há 20 anos. Comparado com o estudo de vinte anos atrás, O IDHM foi capaz de ajudar a explicar ainda mais o número efetivo de candidatos, mas teve seu impacto diminuído. |

(continua)

(continuação)

| | | |
|--|--|---|
| Votos aproveitados | Percentual relativamente alto. Nordeste foi a região com maior percentual. | Percentual caiu na maioria dos estados. Nordeste continuou sendo a região com maior percentual. |
| Predição dos votos aproveitados nos municípios | IDHM é negativo e estatisticamente significativo. | IDHM permanece negativo e estatisticamente significativo. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carvalho (2003).

No próximo capítulo, o foco será deslocado dos municípios para os deputados. Enquanto no presente capítulo utilizou-se a votação de cada deputado para definir o grau de competição política nos municípios, no capítulo seguinte, para cada deputado, será percorrida sua votação em cada município. A intenção é compreender como a votação do deputado em cada município foi importante tanto para ele - dispersão dos seus votos – quanto para o município – sua dominância na localidade. Para aprofundar a análise, ela também será feita através da interseção desses dois eixos e agregada por partido político dos deputados.

4 A GEOGRAFIA DO VOTO: PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA DOS DEPUTADOS

Neste capítulo, o foco de análise passa para os candidatos eleitos, a fim de determinar os respectivos padrões espaciais de votação. Para tal, lançaremos mão das lições de Ames (2003), para quem a votação dos deputados brasileiros pode ser modelada através de dois vetores ortogonais: a dimensão concentração e a dimensão dominância.

4.1 A INVESTIGAÇÃO DOS PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS VOTOS

O caminho metodológico para o cálculo do grau de dispersão espacial e de dominância das votações dos deputados eleitos em 2014 e 2018, será o mesmo traçado por Carvalho (2003), conforme exposto na seção que tratou da metodologia do trabalho.

Com o intuito de conferir significado político aos valores contínuos resultantes da aplicação da fórmula utilizada para o cálculo da dispersão, assim como em Carvalho (2003), foram definidas quatro faixas que classificam os deputados eleitos de acordo com seu índice de fragmentação, expressos na Tabela 13:

Tabela 13– Critérios de classificação do padrão de votação dos deputados eleitos de acordo com seu índice de fragmentação

| Tipos de concentração | Índice de Rae invertido |
|-----------------------|-------------------------|
| Concentração Alta | Entre 1,0 e 4,0 |
| Concentração Média | Entre 4,0 e 7,0 |
| Dispersão Média | Entre 7,0 e 11,0 |
| Dispersão Alta | Acima de 11,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos parâmetros de Carvalho (2003).

Carvalho (2003) verifica um equilíbrio entre os deputados eleitos com padrão de votação dispersa (46%) e concentrada (54%) nas eleições de 1994, e ressalta que esse fenômeno, que poderia ser explicado pela aleatoriedade, se mostra como uma tendência, dado que padrão semelhante é encontrado em 1998. Em nossos estudos com os pleitos de 2014 e 2018, o perfil fragmentado se mostrou preponderante, atingindo 65% e 68% dos deputados eleitos em 2014 e 2018, respectivamente. Assim, os resultados que Carvalho (2003) encontrou para o perfil fragmentado, já mostrando que ele não era uma exceção, agora se mostram mais enfáticos.

Tabela 14– Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região

| | | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | |
|--------------|------------|-------------------|------|--------------------|------|-----------------|------|----------------|------|
| | | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 |
| Brasil | Percentual | 22% | 19% | 13% | 13% | 13% | 11% | 51% | 57% |
| | Deputados | 110 | 94 | 67 | 67 | 68 | 57 | 260 | 287 |
| Sudeste | Percentual | 32% | 26% | 18% | 16% | 12% | 14% | 37% | 45% |
| | Deputados | 58 | 46 | 33 | 28 | 21 | 25 | 67 | 80 |
| Norte | Percentual | 45% | 37% | 15% | 18% | 12% | 5% | 28% | 40% |
| | Deputados | 29 | 24 | 10 | 12 | 8 | 3 | 18 | 26 |
| Sul | Percentual | 10% | 10% | 8% | 9% | 13% | 10% | 69% | 70% |
| | Deputados | 8 | 8 | 6 | 7 | 10 | 8 | 53 | 54 |
| Centro-Oeste | Percentual | 3% | 15% | 15% | 18% | 27% | 12% | 55% | 55% |
| | Deputados | 1 | 5 | 5 | 6 | 9 | 4 | 18 | 18 |
| Nordeste | Percentual | 9% | 7% | 9% | 9% | 13% | 11% | 69% | 72% |
| | Deputados | 14 | 11 | 13 | 14 | 20 | 17 | 104 | 109 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Da análise da Tabela 14, pode-se notar que a Região Sudeste, nos dois últimos pleitos, em comparação com o resto do País, da mesma forma que há vinte anos, apresentou percentual de deputados com perfil concentrado (50% em 2014 e 42% em 2018) acima da média do País (35% em 2014 e 32% em 2018). De qualquer forma, vale ressaltar, que em relação aos seus percentuais em 1994 e 1998 (67% e 64%, respectivamente), a região mais importante economicamente do País, também manteve a tendência de diminuição dos deputados com perfil concentrado. Nesse mesmo sentido, o percentual de deputados com concentração alta - aqueles possivelmente de capitais e distritáveis de interior -, também acima da média em âmbito nacional, caiu de praticamente metade de seu total há vinte anos, para um terço em 2014 e um quarto em 2018.

As regiões caracterizadas por maior incidência de deputados com perfil fragmentado, que há vinte anos eram a Nordeste e Sul, agora são Nordeste e Centro-Oeste. Seguindo a tendência de aumento na incidência desse perfil, o Nordeste que, há vinte anos estava pouco acima de 70%, agora atinge mais de 80%. Por fim, salta aos olhos o caso da Região Sul. A volatilidade em seus números é marcante. Em 1994 e 1998, seu percentual de deputados com perfil fragmentado esteve acima da média do Brasil, embora no primeiro pleito essa diferença fosse claramente maior. Em 2014, a incidência de deputados dispersos nessa região (82%) foi bem acima dos 65% de média do Brasil e, em 2018, caiu vertiginosamente para 67%, chegando a ficar próximo da média brasileira de 68%.

Tabela 15– Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região

| | Concentrados 2014 (%) | Concentrados 2018 (%) | Dispersos 2014 (%) | Dispersos 2018 (%) |
|--------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 35 | 32 | 65 | 68 |
| Sudeste | 51 | 41 | 49 | 59 |
| Norte | 60 | 55 | 40 | 45 |
| Centro-Oeste | 18 | 19 | 82 | 81 |
| Sul | 18 | 33 | 82 | 67 |
| Nordeste | 18 | 17 | 82 | 83 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Na Tabela 15, onde a análise por região é feita agrupando as duas faixas de concentração e as duas de dispersão eleitoral, também foi possível notar diferenças nos pleitos mais recentes. A primeira delas é que a estabilidade entre as duas eleições de vinte anos atrás, só ausente na Região Sul, agora não existe também na Região Sudeste. Além disso, como já foi possível perceber pela Tabela 14, a polaridade de vinte anos atrás, caracterizada pela Região Sudeste concentrada e Regiões Sul e Nordeste dispersas, se alterou para Região Norte concentrada e regiões Nordeste e Centro-Oeste dispersas.

4.2 PADRÕES DIVERSOS DE DOMINÂNCIA EM DUAS LEGISLATURAS

Ao mudarmos o foco para a penetração vertical da votação dos deputados nos municípios, trabalhamos com o outro eixo proposto por Ames (2003), qual seja, a dominância. De maneira análoga ao estudo da dispersão, a fim de obtermos um significado político aos valores encontrados para cada parlamentar, foram definidas quatro faixas: sem dominância, baixa dominância, dominância média e dominância alta. Entretanto, aqui, da mesma forma que em Carvalho (2003), os limites de cada faixa não foram pré-definidos. Optamos por dividir os valores em dois grupos através do valor médio da dominância da legislatura e, cada um desses, em outros dois subgrupos através do valor de um desvio padrão.

Ao se mudar o foco para a dominância dos deputados federais, podemos perceber na Tabela 16 que a estabilidade da distribuição dos deputados que foi encontrada em 1994 e 1998, não se mostra mais nítida nos mais recentes pleitos. Ao contrário, algumas regiões apresentam variações consideráveis dentro de cada faixa entre a eleição de 2014 e 2018.

Com relação à primeira faixa - sem dominância -, pode-se notar que a Região Sudeste, assim como nos pleitos de vinte anos atrás, continua apresentando, dentre todas as regiões, os maiores percentuais de deputados com o perfil sem dominância (nos quatro pleitos variando entre 41% e 45%). Já na segunda mais tênue faixa de dominância, se destacam as Regiões Sul e Norte, não só com os maiores percentuais, como também pelo grande crescimento entre 2014 e 2018. As hipóteses explicativas levantadas por Carvalho (2003) para a existência desses perfis pouco dominantes nessas regiões são a grande magnitude de eleitorado em suas capitais e a existência de polos urbanos do Sudeste.

Da mesma forma que nas faixas menos dominantes, ao analisarmos as faixas de maior dominância, podemos ver a repetição de comportamento observado vinte anos atrás. Nesse caso, destaca-se a Região Nordeste, com 44% e 40% na faixa de dominância média, nas eleições de 2014 e 2018. Ainda nesse sentido, na faixa de dominância alta, a Região Nordeste também apresenta os maiores percentuais, variando de 22% em 2014 para 30% em 2018.

Tabela 16 – Padrões de dominância dos deputados federais.

| | Sem dominância | | Baixa dominância | | Dominância média | | Dominância alta | | Total | |
|--------------|----------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|-----------------|-------------|---------------------|-------|
| | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 |
| Brasil | 20% | 18% | 31% | 37% | 31% | 30% | 17% | 15% | 100% | 100% |
| | (102) | (90) | (156) | (186) | (159) | (152) | (88) | (77) | (505 ⁶) | (505) |
| Centro-Oeste | 9% | 3% | 39% | 42% | 24% | 45% | 27% | 9% | 100% | 100% |
| | (3) | (1) | (13) | (14) | (8) | (15) | (9) | (3) | (33) | (33) |
| Nordeste | 4% | 7% | 30% | 23% | 44% | 40% | 22% | 30% | 100% | 100% |
| | (6) | (10) | (46) | (35) | (66) | (61) | (33) | (45) | (151) | (151) |
| Norte | 12% | 2% | 45% | 60% | 35% | 26% | 8% | 12% | 100% | 100% |
| | (8) | (1) | (29) | (39) | (23) | (17) | (5) | (8) | (65) | (65) |
| Sul | 9% | 6% | 38% | 53% | 31% | 31% | 22% | 9% | 100% | 100% |
| | (7) | (5) | (29) | (41) | (24) | (24) | (17) | (7) | (77) | (77) |
| Sudeste | 44% | 41% | 22% | 32% | 21% | 20% | 13% | 8% | 100% | 100% |
| | (78) | (73) | (39) | (57) | (38) | (35) | (24) | (14) | (179) | (179) |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Na Tabela 17, agrupamos os deputados em somente duas categorias, quais sejam, dominantes (dominância média e dominância alta) e não dominantes (sem dominância e baixa dominância). Assim, podemos perceber que, diferentemente de vinte anos atrás, não há uma

⁶ O total é 505 devido ao fato de a Câmara dos Deputados ser composta por 513 deputados, mas os 8 representantes do Distrito Federal não fizeram parte do estudo pois essa Unidade da Federação não é dividida em municípios.

grande estabilidade nos percentuais entre as duas eleições consecutivas, no nosso caso, 2014 e 2018.

Tabela 17 – Padrões de dominância dos deputados federais (agrupados).

| | Não-dominantes | | Dominantes | |
|--------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|
| | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 |
| Brasil | 51% (258) | 55% (276) | 49% (247) | 45% (229) |
| Centro-Oeste | 48% (16) | 45% (15) | 52% (17) | 55% (18) |
| Nordeste | 34% (52) | 30% (45) | 66% (99) | 70% (106) |
| Norte | 57% (37) | 62% (40) | 43% (28) | 38% (25) |
| Sul | 47% (36) | 60% (46) | 53% (41) | 40% (31) |
| Sudeste | 65% (117) | 73% (130) | 35% (62) | 27% (49) |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Ainda segundo a Tabela 17, a polarização existente há vinte anos, mantendo, de um lado as Regiões Sudeste e Norte, menos dominantes, e do outro lado a Região Nordeste, mais dominante, persiste nos dois mais recentes pleitos. Importante ressaltar que tais regiões, na comparação dos pleitos de 2014 e 2018, se movimentaram ainda mais em direção aos extremos. Em outra mão, a Região Centro-Oeste se mostra mais próxima da média do país, enquanto a Região Sul mudou de um perfil pouco abaixo da média brasileira, em 2014, para um perfil pouco acima do País em 2018.

4.3 A INTERSEÇÃO DOS EIXOS DA CONCENTRAÇÃO/DISPERSÃO DE VOTOS E DOMINÂNCIA/NÃO-DOMINÂNCIA DAS MUNICIPALIDADES

De acordo com a tipologia proposta em Ames (2003), há quatro tipos básicos de distribuição geográfica do voto: concentrados e dominantes, concentrados e não-dominantes, fragmentados e dominantes e, por fim, fragmentados e não-dominantes. A Tabela 18 mostra o enquadramento dos deputados eleitos de acordo com essa classificação.

Tabela 18 – Distribuição dos deputados segundo as dimensões de concentração e dominância

| | Concentrados e dominantes | | Concentrados e não-dominantes | | Fragmentados e dominantes | | Fragmentados e não-dominantes | | Total | |
|--------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 |
| Centro-Oeste | 12% (4) | 18% (6) | 6% (2) | 15% (5) | 39% (13) | 36% (12) | 42% (14) | 30% (10) | 100% (33) | 100% (33) |
| Nordeste | 5% (7) | 8% (12) | 13% (20) | 9% (13) | 61% (92) | 62% (94) | 21% (32) | 21% (32) | 100% (151) | 100% (151) |
| Norte | 20% (13) | 15% (10) | 40% (26) | 40% (26) | 23% (15) | 23% (15) | 17% (11) | 22% (14) | 100% (65) | 100% (65) |
| Sul | 12% (9) | 9% (7) | 6% (5) | 10% (8) | 42% (32) | 31% (24) | 40% (31) | 49% (38) | 100% (77) | 100% (77) |
| Sudeste | 15% (26) | 9% (17) | 36% (65) | 32% (57) | 20% (36) | 18% (32) | 29% (52) | 41% (73) | 100% (179) | 100% (179) |
| Brasil | 12% (59) | 10% (52) | 23% (118) | 22% (109) | 37% (188) | 35% (177) | 28% (140) | 33% (167) | 100% (505) | 100% (505) |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

A primeira consideração importante ao se analisarem esses dados é sobre o percentual de deputados concentrados e dominantes, perfil tido como equivalente, no Brasil, ao deputado distrital americano, no que tange à sua conexão eleitoral. Há vinte anos esse perfil já se mostrava o menos comum (16% em 1998 e 17% em 1994), e agora ele se mostra ainda mais raro (10% em 2018 e 12% em 2014). Analisando por região, vemos que, enquanto há vinte anos, Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentavam esse perfil acima da média do País, nos mais recentes pleitos, as regiões Norte e Centro-Oeste (esta última somente em 2018) foram as que estiveram destacadamente acima da média nacional.

Outro ponto relevante a ser destacado é que o perfil composto por fragmentados e dominantes, já preponderante nas eleições de 1998 (35%) e 1994 (32%), se tornou ainda mais significativo, atingindo 35% em 2018 e 37% em 2014. Esse perfil é característico principalmente da Região Nordeste.

O perfil de concentrados e não-dominantes, que há vinte anos se mostrava como o segundo mais numeroso, foi superado pelo perfil de deputados fragmentados e não-dominantes. Este último perfil é característico principalmente das Regiões Sul e Centro-Oeste.

4.4 PADRÕES GEOGRÁFICOS DE DISTRIBUIÇÃO DO VOTO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Com o intuito de voltar o foco para os partidos políticos, foi elaborada a Tabela 19, com os padrões de concentração e dominância agregados pelos seis partidos políticos que mais receberam votos nos mais recentes pleitos. Nela, podemos ver que o perfil fragmentado e dominante é preponderante em três dos seis partidos. E, em consonância com os resultados de vinte anos atrás, esses partidos correspondem a uma versão atualizada daqueles que, dentre os seis mais votados, têm o comportamento menos ideológico: PMDB, PP e PSD. Por outro lado, o partido com menor representação proporcional nessa faixa foi o PSL.

Tabela 19– Padrões de concentração e dominância pelos seis partidos políticos que receberam mais votos

| | Concentrados e dominantes | | Concentrados e não-dominantes | | Fragmentados e dominantes | | Fragmentados e não-dominantes | | 2018 | 2014 |
|--------|---------------------------|------------|-------------------------------|------|---------------------------|------------|-------------------------------|-------------|-------------|------|
| | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | 2018 | 2014 | | |
| Brasil | 10% | 12% | 22% | 23% | 35% | 37% | 33% | 28% | 100% | 100% |
| | 52 | 59 | 109 | 118 | 177 | 188 | 167 | 140 | 505 | 505 |
| PT | 6% | 9% | 19% | 25% | 28% | 28% | 47% | 38% | 100% | 100% |
| | 3 | 6 | 10 | 17 | 15 | 19 | 25 | 26 | 53 | 68 |
| PSL | 8% | 0% | 40% | 0% | 10% | 0% | 42% | 100% | 100% | 100% |
| | 4 | 0 | 21 | 0 | 5 | 0 | 22 | 1 | 52 | 1 |
| PP | 5% | 13% | 8% | 8% | 59% | 66% | 27% | 13% | 100% | 100% |
| | 2 | 5 | 3 | 3 | 22 | 25 | 10 | 5 | 37 | 38 |
| PSD | 9% | 11% | 11% | 17% | 49% | 49% | 31% | 23% | 100% | 100% |
| | 3 | 4 | 4 | 6 | 17 | 17 | 11 | 8 | 35 | 35 |
| PMDB | 9% | 5% | 6% | 16% | 71% | 59% | 15% | 20% | 100% | 100% |
| | 3 | 3 | 2 | 10 | 24 | 38 | 5 | 13 | 34 | 64 |
| PSDB | 21% | 25% | 14% | 21% | 31% | 32% | 34% | 23% | 100% | 100% |
| | 6 | 13 | 4 | 11 | 9 | 17 | 10 | 12 | 29 | 53 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

De acordo com Carvalho (2003), partidos com orientação e vocalização ideológicas marcadas têm maior representatividade proporcional em outra configuração geográfica, com concentração de votos em municípios partilhados: o perfil concentrado e não dominante. Enquanto, em seu estudo, PT e PPB foram os partidos mais presentes proporcionalmente nessa faixa, o que se pode ver na Tabela 19 é que o partido que se destaca nessa faixa, nos últimos pleitos é o PSL, com 87% a mais que a proporção média do país. Segundo o autor, esses

parlamentares são os representantes de segmentos de opinião de grandes colégios eleitorais, grandes o bastante para não permitir que sua votação implique em dominação.

Quanto ao perfil concentrado e dominante - característico dos deputados ditos distritáveis -, que nas pesquisas de vinte anos atrás tinham como expoente o PT, nos pleitos de 2018 e 2014 foram representados pelo PSDB, com mais que o dobro que o percentual médio nacional.

4.5 OS PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO/DOMINÂNCIA E SUAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

O objetivo desta seção é compreender até que ponto determinadas variáveis podem explicar a distribuição dos parlamentares de acordo com os padrões espaciais de votos descritos nas seções anteriores. Assim, testamos modelos para variáveis sociodemográficas, como magnitude de eleitorado, número de municípios e IDH dos estados, bem como para variáveis político-institucionais, como número de partidos e candidatos concorrentes em cada pleito. Foram trabalhados alguns modelos preditivos, acrescentando-se uma nova variável a cada iteração, a fim de compreender melhor como essas variáveis explicam a fragmentação média dos deputados eleitos. Os resultados estão exibidos na Tabela 20.

No Modelo 1, podemos ver como a distribuição dos votos dos deputados eleitos é influenciada pela concentração do eleitorado nos estados. Diferentemente do resultado encontrado por Carvalho (2003), onde 34% da variância observada na variável dependente (fragmentação média) é explicada pela variável preditora (municípios efetivos dos estados), no modelo calculado para os pleitos de 2018, somente 13% da variância poderia ser explicada pela variável preditora. Além disso, enquanto há vinte anos, o acréscimo de um município efetivo significava um impacto de 0,20 na média do número de municípios efetivos⁷ dos deputados eleitos, em 2018, o mesmo acréscimo significou um impacto muito maior, de praticamente 0,60, na média do número de municípios efetivos dos deputados eleitos.

O Modelo 2 acrescenta a variável IDH. Ainda que no pleito de 1998 essa variável tenha resultado em um grande aumento na capacidade preditora do modelo, em 2018 essa variável não acrescentou muito. De qualquer forma, vale ressaltar que, da mesma forma que em

⁷ O número de municípios efetivos do estado foi calculado como o inverso do somatório dos quadrados dos percentuais de votos do estado que estão em cada município. O código em R para apuração desse valor está em <https://github.com/viniussacramento/Samkhya/tree/Eleicoes>

1998, os deputados com perfis de votação mais dispersos, em geral, provêm de regiões com mais baixo nível de desenvolvimento humano.

Os Modelos 3 e 4 mostraram, em 2018, que, assim como em 1998, o número dos municípios efetivos nos estados e o total de eleitores no estado não têm impacto relevante em sua acurácia.

Tabela 20 – Variável dependente: fragmentação média dos deputados eleitos em 2018

| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 |
|--|----------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|
| Constante | 8,315 *** (1,694) | 32,311 ** (12,078) | 44,15 ** (14,31) | 39,909 * (15,544) |
| Municípios efetivos dos estados | 0,575 *** (0,065) | 0,568 *** (0,065) | 0,304 * 0,146 | 0,573 *** (0,066) |
| IDH dos estados | | -33,088 * (16,490) | -48,26 ** (20,69) | -45,412 * (22,885) |
| Número de municípios nos estados | | | 0,022 * (0,011) | |
| Total de eleitores no estado | | | 0,000000255 (0,000000239) | |
| Total de candidatos a deputado federal no estado | | | | 0,00192 (0,00247) |
| R^2 | 0,131 | 0,136 | 0,144 | 0,136 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Voltando a atenção para o outro vetor proposto em Ames (2003), a Tabela 21 apresenta o resultado da regressão múltipla tendo como variável dependente a dominância dos deputados eleitos em 1998. As variáveis preditoras escolhidas foram, com exceção do total de eleitores do estado, as mesmas utilizadas nos modelos da Tabela 20: o número de municípios efetivos dos estados, o IDH dos estados, o número de municípios dos estados e o total de candidatos a deputado federal no estado.

Tabela 21 – Variável dependente: dominância média dos deputados eleitos em 2018

| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 |
|--|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Constante | 0,091 *** (0,006) | 0,500 *** (0,042) | 0,381 *** (0,054) |
| Municípios efetivos dos estados | 0,000959 *** (0,0002) | 0,000849 *** (0,0002) | 0,000228 0,000450 |
| IDH dos estados | | -0,559 *** (0,058) | 0,364 *** (0,081) |
| Número de municípios nos estados | | | 0,0000429 (0,0000299) |
| Total de candidatos a deputado federal no estado | | | -0,0000435 ** 0,0000142 |
| R^2 | 0,03 | 0,18 | 0,19 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

O primeiro modelo, com uma única variável preditora, o número de municípios efetivos dos estados, conseguiu explicar somente 3% da variação da dominância, número bem inferior aos 32% encontrados por Nelson Carvalho para 1998. Por outro lado, a relação entre o índice médio de municípios de um estado e sua dominância manteve-se, como em 1998, positiva também em 2018.

O segundo modelo acrescenta uma variável sociodemográfica, o IDH dos estados. Embora a variância do índice de dominância explicada pelas variáveis aumente consideravelmente (de 3% para 18%), ela permanece ainda muito abaixo dos 55% encontrados em 1998. Informação importante que o modelo explicita é que, da mesma forma que há vinte anos, o valor negativo da variável IDH (-0,559) indica que, nos estados que apresentam maior grau desenvolvimento humano, os candidatos eleitos têm sua penetração vertical muito mais limitada, ou seja, têm maior dificuldade para controlar os municípios onde receberam votos.

Por fim, o modelo 3, que inclui número de municípios e total de candidatos a deputado federal nos estados, apresenta pouquíssimo acréscimo de poder explicativo, tendo o R^2 subido somente 1%. Por meio dele, podemos ver que, assim como em 1998, o aumento do número de municípios nos estados faz com que a dominância média aumente, enquanto o aumento no número de candidatos torna mais difícil a chance de que candidatos se sobressaiam nas cidades.

Através do Quadro 2 é possível comparar os principais achados de Carvalho (2003) para os pleitos de 1994 e 1998 com aqueles encontrados pelo corrente estudo.

Quadro 2 - Principais achados com relação aos padrões de concentração e dominância dos deputados em 1994 e 1998 comparados com 2014 e 2018

| Achados | 1994 e 1998 | 2014 e 2018 |
|--|--|--|
| Concentração dos votos | Equilíbrio entre deputados com perfil concentrado e disperso. | Predominância do perfil disperso. |
| Regiões com maior proporção de deputados com perfil disperso | Nordeste e Sul. | Nordeste e Centro Oeste. |
| Região com maior proporção de deputados com perfil dominante | Sudeste. | Nordeste. |
| Região com menor proporção de deputados com perfil dominante | Sudeste. | Nordeste. |
| Perfil concentrado e dominante | Menos comum. | Ainda mais raro. |
| Perfil disperso e dominante | Mais comum. | Ainda mais hegemônico. |
| Perfil concentrado e não dominante | Segundo mais comum. | Terceiro mais comum. |
| Perfil disperso e não dominante | Terceiro mais comum. | Segundo mais comum. |
| Predição da dispersão média dos deputados | Número de municípios efetivos dos estados e IDHM explicam um pouco a dispersão e dominância. | Número de municípios efetivos dos estados e IDHM explicam menos a dispersão que há vinte anos. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carvalho (2003).

Nos capítulos iniciais, a abordagem foi feita tendo como orientação o estudo de uma única variável, embora cada uma delas tenha sido analisada sob diversos enfoques. No próximo capítulo, a análise será baseada na dicotomia capital/interior. Trata-se de uma prática comum nos estudos nacionais e que tem mostrado sua relevância, principalmente pelo fato de manter correlação com muitas variáveis socioeconômicas.

5 A GEOGRAFIA ELEITORAL DOS COMPETIDORES: A POLARIDADE CAPITAL X INTERIOR

No capítulo anterior, o estudo se concentrou nos padrões de concentração e dominância dos deputados, ou seja, em uma análise da distribuição geográfica dos votos de um modo geral. Agora, no presente capítulo, iremos analisar a votação dos deputados eleitos focados na dicotomia entre capital e interior.

A motivação da obra de Carvalho (2003) para tal abordagem – e que também alavancou o presente estudo – é a hipótese de que o comportamento político varia muito entre capital e interior, notadamente na esfera legislativa. Assim, tradicionalmente, supõe-se a existência de padrão mais ideológico e universalista nas capitais e comportamento mais ligado ao clientelismo e ao localismo no interior. Além disso, postula-se que o localismo na arena eleitoral se converteria em paroquialismo na esfera legislativa. Basicamente, nesse capítulo, pretende-se averiguar se os estudos neoinstitucionalistas corroboram as hipóteses da sociologia política tradicional no que concerne ao comportamento dicotômico entre capital e interior.

5.1 DA REPRESENTAÇÃO DAS CAPITAIS E MAIORES CIDADES NO CONGRESSO

Carvalho (2003) ressalta a importância do debate a respeito dos prós e contras da nossa legislação eleitoral, especificamente com relação ao peso efetivo de representação que ela impõe às capitais, de eleitorado com perfil ideológico e universalista, e ao interior, onde os incentivos para políticas mais localistas são mais destacados.

Assim, lançando mão de sua definição para deputado de capital, qual seja, aquele que tem ali sua principal base eleitoral - que numericamente equivale a obter pelo menos 50% de seus votos na capital -, podemos classificar os deputados em dois grupos: deputados de capital e os demais, que nesse trabalho nomearemos deputados de interior. A seguir, iremos analisar a representação política das capitais nos pleitos de 2014 e 2018. Para tal, importante ter em mente que, em ambos os pleitos, o percentual de eleitores nas capitais, no total do eleitorado, continuou bem próximo daquele das eleições de vinte anos atrás, sempre oscilando entre 22% e 23%.

De acordo com a Tabela 22, no pleito de 2014, o déficit proporcional de representantes das capitais foi de 9%, calculado a partir da subtração do percentual de deputados de capital eleitos pelo percentual de eleitores da região, equivalendo a cerca de quarenta e cinco

deputados. Esses números são maiores do que os 7% observados em 1998 por Carvalho (2003). Os maiores déficits proporcionais foram encontrados em Mato Grosso do Sul e Sergipe, enquanto Roraima, Amazonas e Acre foram os únicos estados a apresentarem superávit. Chama a atenção o total de nove estados cujas capitais não elegeram sequer um único representante no pleito em questão.

Tabela 22 – Representação política das capitais eleita no pleito de 2014

| ESTADOS | Capitais | | | | Interior | | Total |
|---------|---------------------|---------------------------|------------------------|-------|----------------|----------------------|-------|
| | A % Eleitores | B Deputados Eleitos | C % de Deputados | (C-A) | % Eleitores | Deputados Eleitos | |
| Brasil | 22% | 70 | 14% | -9% | 78% | 435 | 505 |
| RR | 64% | 7 | 88% | 24% | 36% | 1 | 8 |
| AM | 56% | 5 | 63% | 7% | 44% | 3 | 8 |
| AC | 46% | 4 | 50% | 4% | 54% | 4 | 8 |
| RO | 27% | 2 | 25% | -2% | 73% | 6 | 8 |
| MA | 14% | 2 | 11% | -3% | 86% | 16 | 18 |
| MG | 13% | 4 | 8% | -5% | 87% | 49 | 53 |
| AL | 28% | 2 | 22% | -5% | 72% | 7 | 9 |
| SC | 7% | 0 | 0% | -7% | 93% | 16 | 16 |
| PA | 20% | 2 | 12% | -8% | 80% | 15 | 17 |
| CE | 26% | 4 | 18% | -8% | 74% | 18 | 22 |
| SP | 27% | 13 | 19% | -9% | 73% | 57 | 70 |
| AP | 59% | 4 | 50% | -9% | 41% | 4 | 8 |
| PR | 16% | 2 | 7% | -9% | 84% | 28 | 30 |
| RJ | 40% | 14 | 30% | -9% | 60% | 32 | 46 |
| ES | 10% | 0 | 0% | -10% | 90% | 10 | 10 |
| PI | 22% | 1 | 10% | -12% | 78% | 9 | 10 |
| PE | 17% | 1 | 4% | -13% | 83% | 24 | 25 |
| RS | 13% | 0 | 0% | -13% | 87% | 31 | 31 |
| BA | 19% | 2 | 5% | -14% | 81% | 37 | 39 |
| GO | 22% | 1 | 6% | -16% | 78% | 16 | 17 |
| TO | 16% | 0 | 0% | -16% | 84% | 8 | 8 |
| PB | 16% | 0 | 0% | -16% | 84% | 12 | 12 |
| MT | 19% | 0 | 0% | -19% | 81% | 8 | 8 |
| RN | 22% | 0 | 0% | -22% | 78% | 8 | 8 |
| SE | 27% | 0 | 0% | -27% | 73% | 8 | 8 |
| MS | 32% | 0 | 0% | -32% | 68% | 8 | 8 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Com relação ao déficit de representantes da capital, a Tabela 23 nos mostra que o pleito de 2018 apresentou os mesmos 9% do pleito de 2014. Dessa forma, a operacionalização da lei eleitoral que regulamenta no país o sistema proporcional, faz com que 45 deputados de capital deixem de ser eleitos. Da mesma forma que há vinte anos, o déficit que Carvalho (2003) chamou

de sub-representação das capitais na Câmara dos Deputados, se mostra como uma tendência razoavelmente estável.

Ainda de acordo com a Tabela 23, pode-se notar também que, em 2018, há dez estados cujas capitais não elegeram sequer um único representante. Por outro lado, Amazonas e Mato Grosso do Sul apresentaram percentual de deputados de capital eleitos superior ao percentual de eleitores em suas capitais.

Tabela 23 – Representação política das capitais eleitas em 2018

| ESTADOS | Capitais | | | | Interior | | Total |
|---------|---------------------|---------------------------|------------------------|-------|----------------|----------------------|-------|
| | A % Eleitores | B Deputados Eleitos | C % de Deputados | (C-A) | % Eleitores | Deputados Eleitos | |
| Brasil | 23% | 60 | 13% | -9% | 78% | 445 | 505 |
| RR | 65% | 4 | 50% | -15% | 35% | 4 | 8 |
| AM | 54% | 5 | 63% | 8% | 46% | 3 | 8 |
| AC | 47% | 3 | 38% | -9% | 53% | 5 | 8 |
| RO | 28% | 2 | 25% | -3% | 72% | 6 | 8 |
| MA | 15% | 1 | 6% | -10% | 85% | 17 | 18 |
| MG | 12% | 0 | 0% | -12% | 88% | 53 | 53 |
| AL | 27% | 2 | 22% | -5% | 73% | 7 | 9 |
| SC | 7% | 0 | 0% | -7% | 93% | 16 | 16 |
| PA | 18% | 1 | 6% | -12% | 82% | 16 | 17 |
| CE | 28% | 4 | 18% | -10% | 72% | 18 | 22 |
| SP | 27% | 9 | 13% | -15% | 73% | 61 | 70 |
| AP | 57% | 3 | 38% | -20% | 43% | 5 | 8 |
| PR | 17% | 3 | 10% | -7% | 83% | 27 | 30 |
| RJ | 39% | 16 | 35% | -5% | 61% | 30 | 46 |
| ES | 9% | 0 | 0% | -9% | 91% | 10 | 10 |
| PI | 23% | 0 | 0% | -23% | 77% | 10 | 10 |
| PE | 18% | 1 | 4% | -14% | 82% | 24 | 25 |
| RS | 13% | 0 | 0% | -13% | 87% | 31 | 31 |
| BA | 18% | 1 | 3% | -15% | 82% | 38 | 39 |
| GO | 22% | 2 | 12% | -10% | 78% | 15 | 17 |
| TO | 18% | 0 | 0% | -18% | 82% | 8 | 8 |
| PB | 18% | 0 | 0% | -18% | 82% | 12 | 12 |
| MT | 19% | 0 | 0% | -19% | 81% | 8 | 8 |
| RN | 23% | 0 | 0% | -23% | 77% | 8 | 8 |
| SE | 26% | 0 | 0% | -26% | 74% | 8 | 8 |
| MS | 31% | 3 | 38% | 6% | 69% | 5 | 8 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Com o intuito de analisar a hipótese de que a sub-representação política das capitais estaria se processando em benefício de áreas específicas do interior onde os indicadores socioeconômicos alcançam valores semelhantes ou superiores aos das capitais, Carvalho (2003) faz um levantamento da representação política das cem maiores cidades – pelo critério de tamanho do eleitorado – e chegou à conclusão de que não ela não procede.

A Tabela 24 exhibe os dados da pesquisa sobre a representação política das cem maiores cidades, excluídas as capitais, para os pleitos de 2014 e 2018. Nela, podemos ver que, da mesma forma que nos pleitos de 1994 e 1998, tais cidades representaram 19% do eleitorado nacional nos dois mais recentes pleitos. Utilizando-se o critério de sub-representação de Carvalho (2003) – diferença entre o percentual de eleitores dessas cidades e percentual de deputados eleitos com maioria de votos em alguma dessas cidades – podemos concluir que a pouca representatividade desses municípios se intensificou. Isso porque, tanto em 2018 como em 2014, somente 5% dos deputados eleitos obtiveram maioria de seus votos em alguma dessas cidades, número bem abaixo dos 19% que elas representam do eleitorado nacional. Essa realidade fica mais evidente quando se analisa o número de cidades desse grupo que não obtiveram um único representante sequer. O valor, que há vinte anos girava próximo de 60%, subiu para cerca de 80%.

Tabela 24 – Representação política das cem maiores cidades – 2018/2014

| Representantes Eleitos | Nº de Cidades 2018 | Eleitores | Nº de Cidades 2014 | Eleitores |
|-----------------------------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| Nenhum | 81 | 21.830.524 | 76 | 19.924.446 |
| Um representante | 15 | 5.139.481 | 24 | 7.627.846 |
| Dois representantes | 4 | 1.533.849 | - | - |
| Três representantes | - | - | - | - |
| Total de representantes/eleitores | 23 | 28.503.854 | 24 | 27.552.292 |
| % de representantes/eleitores | 5% | 19% | 5% | 19% |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Aqui cabe uma consideração sobre a análise de Carvalho (2003). O critério que o autor utiliza, classificando um deputado como sendo de determinado município quando ele tem pelo menos metade de seus votos naquela localidade, combinado com a comparação com o percentual de votos que o município representa, não nos parece o mais adequado para chegar à conclusão de que o município ou um conjunto de municípios estejam devidamente

representados. Isso porque essas variáveis são muito afetadas, por exemplo, pela dispersão das votações. Num ambiente muito disperso, a tendência é que poucos deputados tenham mais de 50% de seus votos num só município. Por outro lado, em um ambiente com maior concentração de votos, a tendência é que haja mais deputados que possam ser considerados de cidade. Os resultados encontrados no presente estudo – aumento da dispersão e consequente sub-representação de capitais e grandes cidades – corroboram com esse raciocínio.

5.2 A REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SEGUNDO O CORTE CAPITAL/INTERIOR

De acordo com Carvalho (2003), os partidos mais ideológicos – estejam eles situados à direita ou à esquerda – têm representatividade nas capitais mais expressiva que os partidos de natureza *catch all*. O autor elenca alguns fatores que podem explicar a maior penetração de organizações partidárias de forte apelo ideológico nas capitais, como seu maior nível de escolarização e sua maior inserção nos setores industriais e de serviços. Por outro lado, prossegue o autor, o interior se mostra mais avesso a isso, sendo mais acessível às máquinas políticas. Segundo Gama Neto (2012), máquina política é um conceito utilizado para identificar os partidos menos ideológicos-programáticos, mais caracterizados por comportamentos de patronagem e clientelismo político.

Uma consideração importante a se fazer no trabalho atual é que a fragmentação partidária no Brasil, conforme ressaltado por Borges (2019), cresceu nos últimos anos. Assim, hoje temos partidos com representação muito pequena no Congresso Nacional. Nesses partidos, um único deputado de capital pode representar 50% da bancada. Assim, partidos com baixa representação, nos quais os cálculos percentuais podem ser impactados exageradamente por um deputado *outlier*, serão desprezados na análise abaixo.

A Tabela 25 nos mostra dados relativos aos pleitos de 2014 e 2018 que seguem a lógica acima descrita para partidos de natureza *catch all* e partidos mais ideológicos. Na eleição de 2014, repetindo os pleitos de vinte anos atrás, entre os partidos com maiores percentuais de deputados de capital em sua bancada, destacam-se os partidos mais ideológicos – PSOL, PPS, PSDB, PRB e DEM. Do outro lado, com menor percentual de deputados de capital, estão PR, PP e PSD, partidos sem perfil ideológico claramente definido. Chama a atenção, o caso do PT em 2014. Ainda que seja um partido ideológico, o percentual de candidatos de capital em sua bancada é baixo. Uma hipótese, que carece de mais estudos para confirmação, é o impacto de

o partido à época ser de situação, já que a legenda abrigava a Presidente da República à época, que foi reeleita no pleito.

Na eleição de 2018, em linha com os demais pleitos, os dois partidos que mais se destacaram com representação da capital foram aqueles que, provavelmente, são os mais ideológicos entre aqueles de maior tamanho. De um lado, o NOVO, à direita no espectro político, defensor do liberalismo econômico, com 75% de sua bancada formada por deputados de capital, e de outro, o PSOL, à esquerda no espectro político, defensor do socialismo democrático, com 60% de sua bancada formada por deputados de capital. Além disso, fazem parte da lista de partidos mais presentes nas capitais, o PSL, o PSB, o DEM e o PRB. Já entre os menos presentes na capital, temos o PMDB, PP e PR.

Tabela 25 – Representação da capital e interior por bancada partidária na Câmara dos Deputados

| Partidos | Deputados Capital 2018 | % Capital 2018 | Deputados Capital 2014 | % Capital | Deputados Interior 2018 | Deputados Interior 2018 | % | Total 2018 | Total 2014 |
|----------|------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|-------------------------------|-------------------------------|------|---------------|---------------|
| PRTB | 0 | 0% | 1 | 100% | 0 | 0 | 0% | 0 | 1 |
| PSOL | 6 | 60% | 4 | 80% | 4 | 1 | 20% | 10 | 5 |
| PSDC | 0 | 0% | 1 | 50% | 1 | 1 | 50% | 1 | 2 |
| PTN | 1 | 9% | 2 | 50% | 10 | 2 | 50% | 11 | 4 |
| PMN | 1 | 33% | 1 | 33% | 2 | 2 | 67% | 3 | 3 |
| PRB | 5 | 17% | 7 | 33% | 24 | 14 | 67% | 29 | 21 |
| PRP | 0 | 0% | 1 | 33% | 3 | 2 | 67% | 3 | 3 |
| PPS | 1 | 14% | 3 | 30% | 6 | 7 | 70% | 7 | 10 |
| DEM | 5 | 18% | 5 | 25% | 23 | 15 | 75% | 28 | 20 |
| PSDB | 4 | 14% | 11 | 21% | 25 | 42 | 79% | 29 | 53 |
| PHS | 0 | 0% | 1 | 20% | 6 | 4 | 80% | 6 | 5 |
| PSB | 6 | 19% | 6 | 18% | 26 | 28 | 82% | 32 | 34 |
| SD | 1 | 8% | 2 | 14% | 12 | 12 | 86% | 13 | 14 |
| PTB | 0 | 0% | 3 | 12% | 10 | 22 | 88% | 10 | 25 |
| PMDB | 0 | 0% | 7 | 11% | 34 | 57 | 89% | 34 | 64 |
| PC do B | 0 | 0% | 1 | 10% | 9 | 9 | 90% | 9 | 10 |
| PDT | 2 | 7% | 2 | 10% | 26 | 18 | 90% | 28 | 20 |
| PROS | 3 | 38% | 1 | 10% | 5 | 9 | 90% | 8 | 10 |
| PT | 4 | 8% | 6 | 9% | 49 | 62 | 91% | 53 | 68 |
| PSD | 3 | 9% | 2 | 6% | 32 | 33 | 94% | 35 | 35 |
| PP | 1 | 3% | 2 | 5% | 36 | 36 | 95% | 37 | 38 |
| PR | 2 | 6% | 1 | 3% | 30 | 32 | 97% | 32 | 33 |
| NOVO | 6 | 75% | 0 | 0% | 2 | 0 | 100% | 8 | 0 |
| PEN | 0 | 0% | 0 | 0% | 5 | 2 | 100% | 5 | 2 |

(continua)

| | | | | | | | | (continuação) | |
|---------|----|------|---|----|----|----|------|---------------|----|
| PPL | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 0 | 100% | 1 | 0 |
| PSC | 0 | 0% | 0 | 0% | 8 | 13 | 100% | 8 | 13 |
| PSL | 10 | 19% | 0 | 0% | 42 | 1 | 100% | 52 | 1 |
| PT do B | 2 | 29% | 0 | 0% | 5 | 1 | 100% | 7 | 1 |
| PTC | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 2 | 100% | 2 | 2 |
| PV | 1 | 33% | 0 | 0% | 2 | 8 | 100% | 3 | 8 |
| Rede | 1 | 100% | 0 | 0% | 0 | 0 | 100% | 1 | 0 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Carvalho (2003) utiliza, para dar maior robustez ao seu trabalho, um conceito mais elaborado que os valores absolutos da tabela anterior, ponderando o percentual dos eleitores de deputados de capital e de interior pelo percentual de eleitores situados no conjunto das diversas capitais dos estados – 23% em 2018 e 22% em 2014. A esse conceito ele deu o nome de índice de representatividade da capital para cada partido – quando esse valor é 1, temos o caso em que a distribuição dos deputados obedeceu exatamente a mesma proporção capital/interior do certame, que foi 23/77 em 2018 e 22/78 em 2014. Os valores encontrados para os certames de 2018 e 2014 estão na Tabela 26.

Tabela 26 – Índice ponderado de representatividade das capitais nas bancadas partidárias

| Partidos | Índice 2018 | Índice 2014 |
|----------|-------------|-------------|
| PRTB | - | 4,35 |
| PSOL | 2,61 | 3,48 |
| PSDC | 0 | 2,17 |
| PTN | 0,40 | 2,17 |
| PMN | 1,45 | 1,45 |
| PRB | 0,75 | 1,45 |
| PRP | 0 | 1,45 |
| PPS | 0,62 | 1,30 |
| DEM | 0,78 | 1,09 |
| PSDB | 0,60 | 0,90 |
| PHS | 0 | 0,87 |
| PSB | 0,82 | 0,77 |
| SD | 0,33 | 0,62 |
| PTB | 0 | 0,52 |
| PMDB | 0 | 0,48 |
| PC do B | 0 | 0,43 |
| PDT | 0,31 | 0,43 |
| PROS | 1,63 | 0,43 |
| PT | 0,33 | 0,38 |

(continua)

| | | (continuação) |
|---------|------|---------------|
| PSD | 0,37 | 0,25 |
| PP | 0,12 | 0,23 |
| PR | 0,27 | 0,13 |
| NOVO | 3,26 | - |
| PEN | 0 | 0 |
| PPL | 0 | - |
| PSC | 0 | 0 |
| PSL | 0,84 | 0 |
| PT do B | 1,24 | 0 |
| PTC | 0,00 | 0 |
| PV | 1,45 | 0 |
| Rede | 4,35 | - |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Analisando os dados da Tabela 26, pode-se notar que, diferentemente dos pleitos de vinte anos atrás, onde praticamente apenas o PT e alguns partidos menores de esquerda apresentaram um percentual de deputados egressos das capitais superior ao percentual de eleitores dessa área, em 2014 e 2018 esse fenômeno ficou mais amplo no espectro político, abarcando não só partidos de esquerda. Uma hipótese que pode explicar esse fenômeno é que a concentração de votos nas capitais esteja mais relacionada à quão ideológico o partido é, uma vez que Rede, NOVO e PSOL foram os partidos com maiores índices em 2018.

A fim de não limitar o estudo somente a dois grupos - capital e interior -, Carvalho (2003) propôs também a análise dos cem maiores municípios em termos populacionais que não são capitais, a fim de identificar qual a origem dos deputados do interior: de áreas metropolitanas e industrializadas, mais próximas ao perfil das capitais, ou do interior menos desenvolvido, cujos municípios são comumente denominado grotões. Esses cem maiores municípios, em geral, apresentam indicadores sociais semelhantes ou superiores às capitais, e abrigaram, em 2014 e 2018, 19% dos eleitores do país. A Tabela 27 exhibe os dados referentes a esses três grupos de municípios para os quatro partidos mais votados no último pleito.

Tabela 27 – Distribuição das bancadas partidárias por áreas geográficas distintas – 2018

| | Deputados Capital | Deputados com maiores cidades | Deputados Interior | Total |
|-----|----------------------|----------------------------------|-----------------------|-------|
| PT | 4 8% | 1 2% | 48 91% | 53 |
| PSL | 10 19% | 6 12% | 36 69% | 52 |
| PP | 1 3% | 0 0% | 36 97% | 37 |
| PSD | 3 9% | 1 3% | 31 89% | 35 |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Ao segregarmos os dados do interior de acordo com a população dos municípios, assim como há vinte anos - e até de forma mais explícita -, as maiores cidades do interior continuam sendo a origem de pequena parte dos deputados ditos do interior. O caso do PP é emblemático por não possuir sequer um de seus deputados de interior com origem naqueles cem municípios com mais eleitores. PT e PSD também ficaram bem próximos, apresentando um único deputado nas cem maiores cidades do interior. O único dos quatro partidos mais votados a ter um número razoável de deputados com origem nos cem maiores municípios do interior foi o PSL, com 12%. Em 1998, o partido que se destacou por apresentar o mesmo comportamento foi o PT. Isso se deve, provavelmente, ao fato de o PSL ter sido o maior expoente do voto antagônico àquele que havia vencido as últimas eleições nacionais, papel que, em 1998, foi desempenhado pelo PT.

O Quadro 3 explicita as diferenças e semelhanças entre os achados relacionados à dicotomia capital/interior de Carvalho (2003) para os pleitos de 1994 e 1998 e os achados do corrente estudo.

Quadro 3 - Principais achados relacionados à dicotomia capital/interior em 1994 e 1998 comparados com 2014 e 2018

| Achado | 1994 e 1998 | 2014 e 2018 |
|--|--------------------|-------------------------------|
| Déficit proporcional de representantes | 7%. | 9%. |
| Representatividade dos cem maiores municípios, excluídas as capitais | Sub-representados. | Ainda mais sub-representados. |
| Partidos mais votados nas capitais | Mais ideológicos. | Mais ideológicos. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carvalho (2003).

6 CONCLUSÃO

Durante o estudo, foi possível verificar a dinâmica e a natureza da competição política nos municípios. Constatou-se que os pleitos, de um modo geral, ficaram mais competitivos (concentração dos municípios diminuiu) e mais dinâmicos (as variações entre duas eleições subsequentes foram maiores), sendo esse fenômeno mais acentuado nos municípios com colégios eleitorais maiores. As regiões Sul e Nordeste continuam sendo as de votações mais dispersas e concentradas, respectivamente. Entretanto, recentemente, não só o Sudeste, como também o Norte e o Centro-Oeste passaram a se assemelhar mais ao Sul.

Não pertenceu ao escopo do estudo testar hipóteses para esses comportamentos identificados. No entanto, o maior acesso da população a informações, o impacto da maior utilização da internet, que fez com que campanhas que não utilizaram um grande volume de recursos pudessem ter atingido grande parte do eleitorado, e o aumento do IDHM em várias localidades (embora trate-se de variável que não se possa medir com adequada frequência pois os censos são feitos pelo IBGE a cada dez anos) talvez expliquem grande parte do cenário encontrado.

Ao se utilizarem os padrões espaciais de votação, conseguiu-se identificar o perfil de votação dos deputados federais eleitos e compará-los com os resultados de vinte anos atrás. Quanto à dimensão de concentração, mantém-se a tendência de diminuição do perfil concentrado, que pode ser decorrência da maior competição política encontrada nos municípios, obrigando os candidatos a conseguirem votos em outras praças. Além disso, a facilidade da campanha virtual pode ter impactado, já que permitiu aos candidatos se apresentarem a eleitorados mais distantes de sua base original. As regiões Nordeste e Centro-Oeste são as que apresentam maior incidência de perfil disperso. Chamou a atenção a volatilidade dos números da concentração entre pleitos na região Sul, variando abaixo e acima da média brasileira em votações consecutivas. Uma hipótese para isso seria o próprio perfil renovador dos eleitores da Região Sul, marcada pelo fato de os Governadores terem maiores dificuldades de se reelegerem ou fazerem seus sucessores.

Quanto à dominância, a estabilidade de vinte anos atrás deu lugar a variações consideráveis. Entretanto, Sudeste e Nordeste, assim como na pesquisa de Carvalho (2003), representam os extremos, com menos e mais dominância, respectivamente. Uma possível explicação para o fim da estabilidade seria o fato de que os pleitos de 1994 e 1998 tenham sido

vencidos pelo mesmo candidato a presidente, enquanto em 2014 e 2018 foram eleitos presidentes de duas forças opostas no cenário político do País.

Quanto à tipologia proposta por Ames (2003), o perfil concentrado e dominante se tornou ainda mais raro nos últimos pleitos. Uma hipótese para esse fato é que ficou mais difícil um deputado se eleger sem expandir seu eleitorado por outros municípios. Dessa forma, aqueles deputados com votação concentrada, só conseguem se eleger se sua concentração se der em municípios com grande número de eleitores, onde a tendência é que os candidatos sejam não dominantes. O perfil fragmentado e dominante consolidou-se como ainda mais hegemônico no País, mantendo-se mais comum no Nordeste (análise por regiões) e nos partidos menos ideológicos (análise por partidos). Talvez isso tenha acontecido pela tendência de candidatos originalmente concentrados e dominantes terem conseguido, através da difusão de novas formas de campanha política baseadas na internet, competir em localidades além daquelas onde são dominantes, para conseguirem se eleger. Outra hipótese é que alguns candidatos, através da força de seu partido em determinadas regiões, conseguem expandir seu eleitorado para além da sua base inicial. Ainda com relação a preponderância partidária, o perfil concentrado dominante - característica comumente atribuída a deputados distritáveis - que tinha, há vinte anos, o PT como principal expoente, nos últimos pleitos foi mais identificado com o PSDB.

Quanto às variáveis explicativas, diferentemente de vinte anos atrás, tanto o número de municípios efetivos dos estados como o IDH, explicam pouco a fragmentação média dos votos dos deputados eleitos. Além disso, o número de municípios efetivos do estado, isoladamente, explica bem menos a dominância média que no passado, e quando se adiciona o IDH ao modelo, existe uma melhora, mas que não torna o modelo um bom preditor. Tais conclusões mostram o quanto as eleições mais recentes se tornaram mais complexas, sendo necessário encontrar mais variáveis relevantes para que se tenha um modelo com uma boa capacidade de predição. Uma hipótese pra importância do IDH para se explicar a fragmentação é o fato de a internet ter aumentado a democratização das campanhas, fazendo que não somente os candidatos com mais recursos consigam atingir as camadas mais baixas da população. Já com relação à queda da capacidade de explicação do número de municípios efetivos dos estados, provavelmente se deve ao fato de que mais variáveis explicam essas eleições mais complexas, fazendo com que o fator matemático que relaciona o número de municípios efetivos à fragmentação ficasse relativamente menos importante.

Ao examinar as conexões eleitorais de deputados e partidos nas eleições de 2014 e 2018 a partir da dicotomia capital/interior, o comportamento observado, em vários pontos, foi similar

ao de 1994 e 1998. A diferença entre o percentual de deputados de capital eleitos e o percentual de eleitores da região continua negativa e, como há vinte anos, estável. Com relação às cem maiores cidades do País, o déficit de deputados se manteve, embora de forma mais acentuada, em relação às eleições anteriores. Além disso, 80% delas não elegeram um único representante com mais de 50% de seus votos no município. O motivo desse comportamento pode ser o fato de que o critério utilizado para caracterizar um deputado como sendo de capital (mais de 50% dos votos) tenha se tornado menos adequado, em razão do aumento da dispersão de votos, acentuada nos mais recentes pleitos.

Da mesma forma que nos pleitos de 1994 e 1998, em 2014 e 2018 os partidos com melhor desempenho nas capitais foram aqueles mais ideológicos, fenômeno que em 2018 se mostrou ser válido em ambos os lados do espectro político. Ao desagregarmos os votos das cem maiores cidades do interior das demais, da mesma forma que há vinte anos, o partido que representou o voto antagônico àquele que havia vencido as mais recentes eleições nacionais (papel do PT em 1998 e do PSL em 2018) foi o único dos grandes a ter um resultado importante nas cem maiores cidades do interior. Uma hipótese para isso é o perfil mais crítico e renovador do eleitorado das cidades mais desenvolvidas.

Apresentando dados e conclusões deles derivados, este estudo pretende contribuir para o debate da política brasileira, notadamente àquela afeta ao Poder Legislativo. A disponibilização de dados mais recentes sobre a geografia política do voto, caracterizando padrões espaciais de votação dos municípios e deputados federais, é uma ferramenta importante não só para a compreensão do funcionamento da política brasileira, como também para subsidiar decisões em diversas áreas relacionadas, como o sistema eleitoral brasileiro.

Os esclarecimentos sobre as tendências de municípios cada vez mais competitivos, que podem ser a causa de deputados sendo eleitos com votações cada vez mais dispersas - já que é muito difícil deixar sua base inviolável por concorrentes -, e a tendência de as regiões brasileiras apresentarem deputados com padrões de dominâncias diferentes, são úteis para diversos estudos, como aqueles para traçar a estratégia de uma candidatura numa eleição proporcional e para a melhor compreensão da atuação dos deputados na arena decisória.

Importante destacar que o número de pleitos analisados não nos permite extrapolar os resultados a fim de elaborar inferências para futuras eleições, tampouco para outros cargos políticos de eleição proporcional, como deputados estaduais e vereadores. Além disso, outro fator que deve ser levado em consideração é o fato de a dominância de cada pleito ser calculada a partir da sua média e seu desvio padrão, ao invés de se utilizar um valor fixo para todos os

pleitos, tornando a comparação da dimensão dominância entre pleitos prejudicada. Por fim, conforme destacado por Soares (2018), a ausência de ponderação do peso relativo da magnitude eleitoral de cada município pode distorcer os resultados no cálculo do grau de competição dessas unidades eleitorais.

Durante o desenvolvimento deste trabalho foram identificadas algumas linhas de pesquisa relacionadas que poderiam lhe dar um prosseguimento. No transcorrer desse percurso, surgiram diversos questionamentos que demandariam novos estudos a fim de tornar mais claro o entendimento dos resultados obtidos. Na primeira parte desse capítulo foram sugeridas hipóteses para explicar grande parte desses resultados, mas todas carecem de um estudo aprofundado para testar sua validade. Além disso, a teoria distributivista poderia ser testada e melhor adaptada à realidade brasileira, através da combinação dos resultados obtidos com uma análise do comportamento dos parlamentares no processo decisório, no que concerne à apresentação de proposições, votações em Comissões e Plenário e outras formas de atuação relacionadas ao exercício do mandato, durante as legislaturas para as quais foram eleitos. Dessa forma, algumas hipóteses, como a de que o localismo na arena eleitoral se converteria em paroquialismo na esfera legislativa, testadas em estudos anteriores, como o de Carvalho (2003), poderão ser empiricamente analisadas, com base nos dados das eleições mais recentes, apresentados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A Concentração Eleitoral no Brasil (1994-2014). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1091-1125, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000401091&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jul. 2019.

BORGES, André. Razões da fragmentação: coligações e estratégias partidárias na presença de eleições majoritárias e proporcionais simultâneas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, e20170223, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000300200&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2019.

BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano da Nóbrega. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 31-58, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados** [recurso eletrônico]: aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 27, de 2018. 19. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18847/regimento_interno_19ed.pdf?sequence=80&isAllowed=y. Acesso em: 20 abr. 2020.

CÂMARA, Cristiano Michel Oliveira. **Padrões geográficos de competição eleitoral no Brasil em eleições legislativas federais - 2006/2010**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://ppgcp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/CRISTIANO-MICHEL-OLIVEIRA-CAMARA.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.

CARVALHO, Nelson Rojas. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

COASE, Ronald Harry. The nature of the firm. **Economica**, [S.l.], n. 4, p. 386-405, 1937. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>. Acesso em: 21 jan. 2020.

COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew. **The legislative leviathan**. Berkeley: University of California, 1993.

DIAS, José Luciano de M. **O jogo e os jogadores: legislação eleitoral e padrões de competição política**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes - IUPERJ, 1991.

FIORINA, Morris P. **Congress: the keystone of Washington establishment**. New Haven: Yale University Press, 1989.

FLEISCHER, David V. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974). **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 15-36, jul./set. 1976. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59689/58032>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GAMA NETO, Ricardo Borges. O Conceito de Máquina Política. **Textos e Debates**, [S.l.], n. 4, p. 80-88 2012. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/988/796>. Acesso em: 6 maio 2020.

GONÇALVES, Ricardo Dantas. **Onde agrego os votos?** contribuições à geografia eleitoral aplicada a problemas político-eleitorais brasileiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55225/R%20-%20D%20%20RICARDO%20DANTAS%20GONCALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2019.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso: 7 maio 2020.

INDJAIAN, Maria Lúcia. **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo: [s. n.], 1981. (Relatório parcial de pesquisa apresentado à FAPESP).

JACOBSON, Gary C. **The Politics of Congressional Elections**. New York: Harper Collins, 1992.

KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 3-38, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-37/443-bib-37-integra/file>. Acesso em: 22 jul. 2019.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n 3, p. 497-525, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2019.

LOWI, Theodor. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, [S.l.], n. 32, p. 298-310, 1972.

MAYHEW, David R. **Congress: the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MARTINS, Carlos Estevam. A Reforma do Sistema Eleitoral. **Dados**, Rio de Janeiro. v. 26, n. 2. p. 141-153. 1983. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15PSEhWJIHtrSCCQtTb17kW7PsEEBXUSv/edit>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MCCUBINS, Mathew; KIEWIET, Roderick. **The logic of delegation**: congressional parties and the appropriations process. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

REYNOLDS, Andrew; REILLY, Ben; ELLIS, Andrew. **Electoral system design**: the new international IDEA handbook. Stockholm: International IDEA, 2005.

SHEPSLE, Kenneth A.; WEINGAST, Barry R. Positive theories of congressional institutions. **Legislative Studies Quarterly**, Washington, v. 19, n. 2, p. 149–179, 1994.

SILVA, Glauco Peres da. Mesmas instituições, mesmos resultados? Comparando o efeito da competição eleitoral sobre os níveis de concentração de votos. **Opin. Publica**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 682-713, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v23n3/1807-0191-op-23-3-0682.pdf>. Acesso em: 1 maio 2019.

SOARES, Maurício de Moraes Rêgo. **Análise comparada dos modelos de medição da geografia eleitoral**: estudo da efetividade por meio de abordagem quantitativa. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2018. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/37281/analise.comparada.soares.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ANEXO A – Dados de Carvalho (2003)

Abaixo, seguem as tabelas de Carvalho (2003), tomadas como base de comparação para os dados produzidos no presente trabalho.

Tabela 1 – Número médio de candidatos efetivos por estado

| UF | Número de Partidos | | Média de candidatos efetivos por município | |
|-----------------|--------------------|------|--|-------|
| | 1994 | 1994 | 1994 | 1998 |
| Brasil | 3008 | 18 | 5,70 | 5,50 |
| Piauí | 42 | 4 | 3,57 | 3,61 |
| Paraíba | 50 | 4 | 3,75 | 3,51 |
| Rio G. do Norte | 39 | 3 | 4,13 | 3,98 |
| Ceará | 194 | 6 | 4,21 | 4,33 |
| Tocantins | 33 | 4 | 4,23 | 4,39 |
| Mato Grosso | 33 | 8 | 4,28 | 4,07 |
| Alagoas | 41 | 8 | 4,65 | 4,96 |
| Minas Gerais | 329 | 11 | 4,65 | 4,34 |
| Bahia | 194 | 11 | 4,70 | 3,66 |
| Pará | 98 | 7 | 4,75 | 5,89 |
| Pernambuco | 118 | 7 | 4,75 | 5,31 |
| Amazonas | 44 | 4 | 4,77 | 5,29 |
| Goiás | 101 | 9 | 5,09 | 4,94 |
| Mato G. do Sul | 40 | 6 | 5,35 | 5,52 |
| Paraná | 156 | 9 | 5,36 | 4,94 |
| Sergipe | 33 | 5 | 5,43 | 4,89 |
| Santa Catarina | 64 | 5 | 5,72 | 6,56 |
| Espírito Santo | 87 | 6 | 6,46 | 6,18 |
| Acre | 39 | 3 | 6,85 | 8,09 |
| Rondônia | 70 | 5 | 6,93 | 5,90 |
| Rio G. do Sul | 196 | 7 | 7,66 | 7,75 |
| São Paulo | 532 | 13 | 9,28 | 9,19 |
| Rio de Janeiro | 359 | 13 | 9,76 | 10,56 |

Tabela 2 – Padrões de concentração e fragmentação eleitoral dos municípios

| Tipos de concentração | Municípios 1994 | % | Municípios 1998 | % |
|-----------------------|-----------------|------|-----------------|------|
| Concentração Alta | 2493 | 50% | 2865 | 52% |
| Concentração Média | 1123 | 22% | 1152 | 21% |
| Dispersão Média | 1086 | 22% | 1126 | 21% |
| Dispersão Alta | 315 | 6% | 351 | 6% |
| Total | 5017 | 100% | 5494 | 100% |

Tabela 3 – Padrões de competição política nos cem maiores municípios brasileiros

| Tipos de concentração | Municípios 1994 | % | Municípios 1998 | % |
|-----------------------|-----------------|------|-----------------|------|
| Concentração Alta | 25 | 25% | 21 | 21% |
| Concentração Média | 28 | 28% | 23 | 23% |
| Dispersão Média | 23 | 23% | 33 | 33% |
| Dispersão Alta | 24 | 24% | 23 | 23% |
| Total | 100 | 100% | 100 | 100% |

Tabela 4 (Parte 1) – Padrões de competição política nos estados – 1994

| | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | | Total |
|----|-------------------|------------|--------------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|-------|
| | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | |
| AC | 7 | 18% | 3 | 32% | 11 | 28% | 1 | 22% | 22 |
| AL | 59 | 59% | 25 | 3253% | 16 | 16% | 0 | 0% | 100 |
| AM | 34 | 45% | 15 | 35% | 12 | 24% | 1 | 1% | 62 |
| BA | 266 | 64% | 66 | 16% | 73 | 18% | 11 | 3% | 416 |
| CE | 127 | 69% | 36 | 19% | 20 | 11% | 1 | 1% | 184 |
| ES | 23 | 32% | 19 | 27% | 24 | 34% | 5 | 7% | 71 |
| GO | 108 | 47% | 63 | 27% | 54 | 23% | 6 | 3% | 231 |
| MA | 82 | 60% | 28 | 21% | 23 | 17% | 3 | 2% | 136 |
| MG | 455 | 60% | 168 | 22% | 120 | 16% | 13 | 2% | 853 |
| MS | 41 | 53% | 12 | 16% | 24 | 31% | 0 | 0% | 77 |
| MT | 66 | 65% | 38 | 29% | 13 | 6% | 0 | 0% | 117 |
| PA | 52 | 41% | 44 | 35% | 28 | 22% | 3 | 2% | 127 |
| PB | 139 | 82% | 23 | 14% | 7 | 4% | 1 | 1% | 170 |
| PE | 117 | 66% | 29 | 16% | 26 | 15% | 5 | 3% | 177 |
| PI | 151 | 82% | 21 | 11% | 12 | 7% | 0 | 0% | 184 |
| PR | 178 | 27% | 91 | 28% | 90 | 38% | 11 | 7% | 370 |
| RJ | 17 | 21% | 17 | 21% | 25 | 31% | 21 | 26% | 80 |
| RN | 105 | 66% | 43 | 27% | 12 | 7% | 0 | 0% | 160 |
| RO | 9 | 23% | 10 | 25% | 18 | 45% | 3 | 8% | 40 |
| RS | 119 | 28% | 91 | 21% | 156 | 37% | 61 | 14% | 427 |
| SC | 89 | 34% | 92 | 36% | 71 | 27% | 7 | 3% | 259 |
| SE | 36 | 48% | 28 | 24% | 18 | 24% | 3 | 4% | 75 |
| SP | 126 | 20% | 117 | 19% | 229 | 37% | 153 | 24% | 625 |
| TO | 84 | 68% | 29 | 24% | 10 | 8% | 0 | 0% | 123 |

Tabela 4 (Parte 2) - Padrões de competição política nos estados – 1998

| | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | | Total |
|----|-------------------|------------|--------------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|-------|
| | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | |
| AC | 4 | 18% | 7 | 32% | 6 | 28% | 5 | 22% | 22 |
| AL | 51 | 51% | 28 | 28% | 21 | 21% | 1 | 2% | 100 |
| AM | 28 | 45% | 18 | 35% | 15 | 25% | 1 | 1% | 62 |
| BA | 266 | 78% | 66 | 15% | 73 | 6% | 11 | 1% | 416 |
| CE | 135 | 68% | 34 | 18% | 23 | 12% | 2 | 2% | 184 |
| ES | 24 | 31% | 26 | 34% | 24 | 31% | 3 | 4% | 77 |
| GO | 126 | 52% | 67 | 28% | 44 | 18% | 5 | 2% | 242 |
| MA | 153 | 70% | 43 | 20% | 20 | 9% | 1 | 1% | 217 |
| MG | 595 | 70% | 133 | 15% | 102 | 12% | 22 | 3% | 852 |
| MS | 31 | 42% | 21 | 27% | 25 | 32% | 0 | 0% | 77 |
| MT | 84 | 65% | 38 | 29% | 7 | 6% | 0 | 0% | 129 |
| PA | 54 | 35% | 42 | 30% | 38 | 27% | 9 | 8% | 143 |
| PB | 185 | 83% | 25 | 11% | 5 | 23% | 1 | 1% | 223 |
| PE | 112 | 60% | 33 | 18% | 27 | 15% | 12 | 7% | 184 |
| PI | 175 | 79% | 37 | 17% | 10 | 4% | 0 | 0% | 222 |
| PR | 226 | 56% | 91 | 23% | 67 | 17% | 15 | 4% | 399 |
| RJ | 18 | 20% | 18 | 17% | 29 | 32% | 28 | 31% | 91 |
| RN | 120 | 72% | 31 | 19% | 15 | 9% | 0 | 0% | 166 |
| RO | 22 | 42% | 13 | 26% | 15 | 28% | 2 | 4% | 52 |
| RS | 99 | 21% | 115 | 25% | 199 | 42% | 54 | 12% | 467 |
| SC | 71 | 25% | 88 | 30% | 123 | 42% | 11 | 3% | 293 |
| SE | 38 | 51% | 22 | 29% | 15 | 20% | 0 | 0% | 75 |
| SP | 124 | 19% | 127 | 20% | 231 | 36% | 163 | 25% | 645 |
| TO | 93 | 93% | 31 | 31% | 14 | 14% | 0 | 0% | 138 |

Tabela 5 – Padrão de concentração e dispersão do voto por região do país – 1998

| | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | | |
|--------------|-------------------|------------|--------------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|------|
| | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | Total | Percentual | |
| Brasil | 2865 | 52% | 1152 | 21% | 1126 | 21% | 351 | 6% | 5494 |
| Centro-Oeste | 241 | 54% | 127 | 28% | 76 | 17% | 5 | 1% | 449 |
| Nordeste | 1282 | 72% | 314 | 18% | 169 | 9% | 23 | 1% | 1788 |
| Norte | 201 | 45% | 115 | 26% | 106 | 24% | 27 | 6% | 449 |
| Sul | 396 | 34% | 294 | 25% | 389 | 34% | 80 | 7% | 1159 |
| Sudeste | 762 | 46% | 302 | 18% | 386 | 23% | 216 | 13% | 1666 |

Tabela 7 – Preditores do número efetivo de candidatos nos municípios brasileiros em eleições para a Câmara dos Deputados – 1998

| | Modelo 1 | Modelo 2 |
|----------------|-------------------------|--------------------------|
| Constante | 5,340*** (0,050) | -0,465** (0,213) |
| IDH | | 10,89*** (0,375) |
| Eleitores | 0,0000108*** (0,000) | 0,00000912*** (0,000) |
| R ² | 12% | 22% |

*** Significante ao nível de 0,001. Erro padrão entre parênteses.

Tabela 8 – Percentual de votos conferidos a candidatos eleitos por estado

| Região | UF | Percentual de Votos para candidatos eleitos 1994 | Percentual de Votos para candidatos eleitos 1998 |
|--------------|---------------------|--|--|
| Nordeste | Bahia | 71% | 89% |
| Nordeste | Piauí | 83% | 86% |
| Nordeste | Maranhão | 75% | 83% |
| Nordeste | Pernambuco | 85% | 81% |
| Nordeste | Rio Grande do Norte | 77% | 78% |
| Centro-Oeste | Goiás | 61% | 77% |
| Nordeste | Ceará | 81% | 76% |
| Nordeste | Sergipe | 55% | 76% |
| Nordeste | Alagoas | 76% | 73% |
| Norte | Amazonas | 76% | 71% |
| Sudeste | Minas Gerais | 65% | 70% |
| Norte | Tocantins | 59% | 70% |
| Nordeste | Paraíba | 72% | 69% |
| Sul | Paraná | 60% | 67% |
| Norte | Pará | 60% | 64% |
| Centro-Oeste | Mato Grosso | 59% | 63% |
| Centro-Oeste | Mato Grosso do Sul | 46% | 61% |
| Sul | Rio Grande do Sul | 53% | 59% |
| Sudeste | São Paulo | 55% | 59% |
| Sudeste | Rio de Janeiro | 61% | 58% |
| Sudeste | Espírito Santo | 46% | 57% |
| Norte | Rondônia | 53% | 53% |
| Norte | Acre | 49% | 47% |
| Sul | Santa Catarina | 54% | 44% |

Tabela 9 – Preditores de votos aproveitados nos municípios brasileiros para candidatos à Câmara dos Deputados

| | Modelo 1 | Modelo 2 |
|----------------|-----------------------|----------------------|
| Constante | 0,986*** (0,012) | 0,985*** (0,012) |
| IDHM | -0,612 *** (0,020) | -0,610*** (0,021) |
| Eleitores | | 0,000000022 |
| R ² | 17% | 17% |

*** Significante ao nível de 0,001. Erro padrão entre parênteses.

Tabela 10 – Percentual de votos aproveitados por região e faixas de competição em 1998

| | | Votos Aproveitados (média) | Concentração Alta | Concentração Média | Dispersão Média | Dispersão Alta |
|--------------|--------------------|----------------------------|-------------------|--------------------|-----------------|----------------|
| Centro-Oeste | No. de cidades | 449 | 241 | 127 | 76 | 5 |
| | Votos aproveitados | 71% | 71% | 70% | 69% | 67% |
| Nordeste | No. de cidades | 1788 | 1282 | 314 | 169 | 23 |
| | Votos aproveitados | 81% | 83% | 77% | 72% | 67% |
| Norte | No. de cidades | 449 | 201 | 115 | 106 | 27 |
| | Votos aproveitados | 64% | 70% | 60% | 60% | 53% |
| Sul | No. de cidades | 1159 | 396 | 294 | 389 | 80 |
| | Votos aproveitados | 58% | 63% | 57% | 54% | 54% |
| Sudeste | No. de cidades | 1666 | 762 | 302 | 386 | 216 |
| | Votos aproveitados | 64% | 70% | 61% | 60% | 58% |

Tabela 11 – Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região.

| | Concentração Alta | | Concentração Média | | Dispersão Média | | Dispersão Alta | |
|--------------|-------------------|------|--------------------|------|-----------------|------|----------------|------|
| | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 |
| Brasil | 29% | 31% | 17% | 16% | 18% | 15% | 36% | 38% |
| | 143 | 154 | 85 | 79 | 83 | 67 | 178 | 189 |
| Sudeste | 47% | 46% | 20% | 18% | 12% | 14% | 21% | 22% |
| | 85 | 82 | 35 | 33 | 22 | 25 | 37 | 3928 |
| Norte | 38% | 38% | 18% | 18% | 22% | 16% | 22% | 28% |
| | 18 | 18 | 9 | 9 | 11 | 8 | 11 | 14 |
| Sul | 20% | 30% | 17% | 14% | 22% | 12% | 41% | 44% |
| | 15 | 23 | 13 | 11 | 17 | 9 | 32 | 34 |
| Centro-Oeste | 24% | 24% | 21% | 21% | 24% | 12% | 31% | 33% |
| | 8 | 8 | 7 | 7 | 8 | 4 | 10 | 14 |
| Nordeste | 11% | 15% | 14% | 13% | 16% | 14% | 59% | 58% |
| | 17 | 23 | 21 | 19 | 24 | 21 | 89 | 88 |

Tabela 12 – Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região

| | Concentrados 1994 (%) | Concentrados 1998 (%) | Dispersos 1994 (%) | Dispersos 1998 (%) |
|--------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 46 | 47 | 54 | 53 |
| Sudeste | 67 | 64 | 33 | 36 |
| Norte | 56 | 56 | 44 | 44 |
| Centro-Oeste | 45 | 45 | 55 | 55 |
| Sul | 37 | 44 | 63 | 56 |
| Nordeste | 25 | 28 | 75 | 72 |

Tabela 13 – Padrões de dominância dos deputados federais.

| | Sem dominância | | Baixa dominância | | Dominância média | | Dominância alta | | Total | |
|--------------|----------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|-----------------|-------------|-------|-------|
| | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 |
| Brasil | 22% | 24% | 28% | 29% | 35% | 31% | 14% | 16% | 100% | 100% |
| | (108) | (115) | (138) | (142) | (171) | (152) | (69) | (80) | (489) | (489) |
| Centro-Oeste | 5% | 3% | 45% | 39% | 38% | 39% | 13% | 8% | 100% | 100% |
| | (2) | (1) | (18) | (13) | (15) | (13) | (5) | (6) | (40) | (40) |
| Nordeste | 7% | 9% | 25% | 23% | 55% | 47% | 14% | 21% | 100% | 100% |
| | (10) | (13) | (37) | (35) | (83) | (71) | (21) | (32) | (151) | (151) |
| Norte | 12% | 16% | 54% | 57% | 24% | 18% | 10% | 8% | 100% | 100% |
| | (5) | (8) | (22) | (28) | (10) | (9) | (4) | (4) | (41) | (41) |
| Sul | 19% | 17% | 29% | 32% | 32% | 34% | 19% | 17% | 100% | 100% |
| | (15) | (13) | (22) | (25) | (25) | (26) | (15) | (13) | (77) | (77) |
| Sudeste | 43% | 45% | 22% | 23% | 21% | 18% | 14% | 18% | 100% | 100% |
| | (76) | (80) | (39) | (41) | (38) | (33) | (24) | (33) | (33) | (33) |

Tabela 14 – Padrões de dominância dos deputados federais II.

| | Não-dominantes | | Dominantes | |
|--------------|----------------|-------------|--------------|--------------|
| | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 |
| Brasil | 51% | 53% | 49% | 47% |
| | (246) | (257) | (243) | (232) |
| Centro-Oeste | 41% | 42% | 59% | 58% |
| | (19) | (14) | (13) | (19) |
| Nordeste | 32% | 33% | 68% | 67% |
| | (47) | (48) | (104) | (103) |
| Norte | 66% | 76% | 34% | 24% |
| | (27) | (36) | (14) | (13) |
| Sul | 49% | 49% | 51% | 51% |
| | (37) | (38) | (40) | (39) |
| Sudeste | 65% | 68% | 35% | 32% |
| | (115) | (80) | (62) | (66) |

Tabela 15 – Distribuição dos deputados segundo as dimensões de concentração e dominância

| | Concentrados e dominantes | | Concentrados e não-dominantes | | Fragmentados e dominantes | | Fragmentados e não-dominantes | | |
|--------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------|-------|
| | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | |
| Centro-Oeste | 27% (9) | 16% (5) | 18% (6) | 28% (9) | 36% (12) | 25% (8) | 18% (6) | 31% (10) | (33) |
| Nordeste | 7% (11) | 12% (18) | 20% (30) | 13% (20) | 64% (97) | 57% (86) | 9% (13) | 18% (27) | (151) |
| Norte | 6% (3) | 16% (8) | 49% (24) | 39% (19) | 24% (12) | 27% (13) | 20% (10) | 18% (9) | (65) |
| Sul | 30% (23) | 22% (17) | 14% (11) | 14% (11) | 27% (21) | 30% (23) | 29% (22) | 34% (26) | (77) |
| Sudeste | 17% (31) | 20% (35) | 46% (83) | 47% (85) | 16% (29) | 15% (27) | 20% (36) | 18% (32) | (179) |
| Brasil | 16% (77) | 17% (83) | 31% (154) | 29% (142) | 35% (171) | 32% (157) | 18% (87) | 21% (104) | (489) |

Tabela 16 – Padrões de concentração e dominância pelos seis partidos políticos que receberam mais votos

| | Concentrados e dominantes | | Concentrados e não-dominantes | | Fragmentados e dominantes | | Fragmentados e não-dominantes | | |
|--------|---------------------------|------------------------|-------------------------------|------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----|
| | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | 1998 | 1994 | |
| Brasil | 16% 77 | 17% 83 | 31% 154 | 29% 142 | 35% 171 | 32% 157 | 18% 87 | 21% 104 | 489 |
| PFL | 11% 11 | 14% 12 | 25% 25 | 15% 13 | 49% 50 | 55% 46 | 16% 16 | 15% 13 | 102 |
| PMDB | 14% 11 | 22% 24 | 16% 13 | 14% 15 | 52% 42 | 33% 35 | 19% 15 | 31% 33 | 81 |
| PPB | 15% 8 | 10% 5 | 35% 19 | 41% 20 | 33% 18 | 33% 16 | 17% 9 | 16% 8 | 54 |
| PSDB | 17% 16 | 20% 12 | 25% 23 | 30% 18 | 40% 37 | 26% 16 | 18% 17 | 25% 15 | 93 |
| PT | 26% 15 | 10% 5 | 58% 33 | 61% 30 | 0% 9 | 4% 2 | 16% 9 | 24% 12 | 57 |

Tabela 20 – Variável dependente: fragmentação média dos deputados eleitos em 1998.

| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 |
|--|----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Constante | 8,332 *** (1,516) | 23,771 *** (2,884) | 24,197 *** (3,060) | 23,788 *** (3,186) |
| Municípios efetivos dos estados | 0,211 *** (0,062) | 0,233 *** (0,040) | 0,172 ** 0,066 | 0,233 *** (0,041) |
| IDH dos estados | | -25,289 *** (4,446) | -25,492 *** (5,029) | -25,39 *** (5,369) |
| Número de municípios nos estados | | | 0,00729 * (0,06) | |
| Total de eleitores no estado | | | 0,000000149 (0,000) | |
| Total de candidatos a deputado federal no estado | | | | 0,0000572 (0,004) |
| R^2 | 0,34 | 0,74 | 0,76 | 0,74 |

Tabela 21 – Variável dependente: dominância média dos deputados eleitos em 1998

| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|
| Constante | 0,161 *** (0,016) | 0,283 *** (0,039) | 0,242 *** (0,035) |
| Municípios efetivos dos estados | 0,00210 *** (0,001) | 0,00227 *** (0,001) | 0,00123 *** 0,001 |
| IDH dos estados | | -1,99 *** (0,060) | 0,0891 ** (0,061) |
| Número de municípios nos estados | | | 0,000106 (0,000) |
| Total de candidatos a deputado federal no estado | | | -0,000229 *** 0,000 |
| R^2 | 0,32 | 0,55 | 0,71 |

Tabela 23 – Representação política das capitais eleita no pleito de 1994

| ESTADOS | Capitais | | | | Interior | | Total |
|---------|---------------------|---------------------------|------------------------|-------|----------------|----------------------|-------|
| | A % Eleitores | B Deputados Eleitos | C % de Deputados | (C-A) | % Eleitores | Deputados Eleitos | |
| Brasil | 23% | 77 | 16% | -7% | 77% | 411 | 488 |
| MS | 27% | 3 | 38% | 11% | 73% | 5 | 8 |
| MT | 19% | 2 | 25% | +6% | 81% | 6 | 8 |
| RJ | 44% | 23 | 50% | +6% | 56% | 23 | 46 |
| SC | 6% | 1 | 6% | 0% | 94% | 15 | 16 |
| PA | 24% | 4 | 24% | 0% | 76% | 13 | 17 |
| AM | 52% | 4 | 50% | -2% | 48% | 4 | 8 |
| GO | 21% | 3 | 18% | -3% | 79% | 14 | 17 |
| BA | 16% | 5 | 13% | -3% | 84% | 34 | 39 |
| TO | 5% | 0 | 0% | -5% | 95% | 8 | 8 |
| MG | 13% | 4 | 18% | -5% | 87% | 49 | 53 |
| SP | 31% | 16 | 23% | -8% | 69% | 54 | 70 |
| PI | 19% | 1 | 10% | -9% | 81% | 9 | 10 |
| AC | 47% | 3 | 38% | -9% | 53% | 5 | 8 |
| ES | 11% | 0 | 0% | -11% | 89% | 10 | 10 |
| PE | 19% | 2 | 8% | -11% | 81% | 23 | 25 |
| RS | 14% | 1 | 3% | -11% | 86% | 30 | 31 |
| RO | 24% | 1 | 13% | -11% | 76% | 7 | 8 |
| SE | 25% | 1 | 13% | -13% | 75% | 7 | 8 |
| PR | 16% | 1 | 3% | -13% | 84% | 29 | 30 |
| AL | 24% | 1 | 11% | -13% | 76% | 8 | 9 |
| PB | 13% | 0 | 0% | -13% | 87% | 12 | 12 |
| MA | 15% | 0 | 0% | -15% | 85% | 18 | 18 |
| CE | 25% | 2 | 9% | -16% | 75% | 20 | 22 |
| RN | 22% | 0 | 0% | -22% | 78% | 8 | 8 |

Tabela 24 – Representação política das capitais eleitas em 1998

| ESTADOS | Capitais | | | | Interior | | Total |
|---------|---------------------|---------------------------|------------------------|-------|----------------|----------------------|-------|
| | A % Eleitores | B Deputados Eleitos | C % de Deputados | (C-A) | % Eleitores | Deputados Eleitos | |
| Brasil | 23% | 78 | 16% | -7% | 77% | 410 | 488 |
| MS | 27% | 2 | 25% | -2% | 73% | 6 | 8 |
| MT | 19% | 1 | 12% | -7% | 81% | 7 | 8 |
| RJ | 44% | 19 | 41% | -3% | 56% | 27 | 46 |
| SC | 6% | 0 | 6% | -6% | 94% | 16 | 16 |
| PA | 24% | 4 | 24% | 0% | 76% | 13 | 17 |
| AM | 52% | 5 | 62% | +13% | 48% | 3 | 8 |
| GO | 21% | 1 | 5% | -16% | 79% | 16 | 17 |
| BA | 16% | 6 | 15% | -1% | 84% | 33 | 39 |
| TO | 5% | 0 | 0% | -5% | 95% | 8 | 8 |
| MG | 13% | 2 | 3% | -10% | 87% | 41 | 53 |
| SP | 31% | 20 | 29% | -2% | 69% | 50 | 70 |
| PI | 19% | 1 | 10% | -9% | 81% | 9 | 10 |
| AC | 47% | 2 | 25% | -22% | 53% | 5 | 8 |
| ES | 11% | 0 | 0% | -11% | 89% | 10 | 10 |
| PE | 19% | 1 | 4% | -15% | 81% | 24 | 25 |
| RS | 14% | 1 | 3% | -11% | 86% | 30 | 31 |
| RO | 24% | 1 | 13% | -11% | 76% | 7 | 8 |
| SE | 25% | 1 | 13% | -13% | 75% | 8 | 8 |
| PR | 16% | 3 | 10% | -6% | 84% | 26 | 30 |
| AL | 24% | 2 | 22% | -2% | 76% | 7 | 9 |
| PB | 13% | 1 | 8% | -5% | 87% | 11 | 12 |
| MA | 15% | 1 | 5% | -10% | 85% | 17 | 18 |
| CE | 25% | 5 | 23% | -2% | 75% | 17 | 22 |
| RN | 22% | 0 | 9% | -22% | 78% | 8 | 8 |

Tabela 25 – Representação política das cem maiores cidades – 1994/1998

| Representantes Eleitos | Nº de Cidades 1998 | Eleitores | Nº de Cidades 1994 | Eleitores |
|-----------------------------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| Nenhum | 61 | 10.180.160 | 64 | 11.040.234 |
| Um representante | 29 | 6.376.373 | 28 | 6.145.725 |
| Dois representantes | 9 | 3.514.287 | 7 | 2.497.556 |
| Três representantes | - | - | 1 | 152.542 |
| Total de representantes/eleitores | 47 | 19.837.057 | 45 | 18.172.246 |
| % de representantes/eleitores | 10% | 19% | 8% | 19% |

Tabela 27 – Representação da capital e interior por bancada partidária na Câmara dos Deputados

| Partidos | Deputados Capital 1998 | % Capital 1998 | Deputados Capital 1994 | % Capital | Deputados Interior 1998 | Deputados Interior 1998 | % | Total 1998 | Total 1994 |
|----------|------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|-------------------------------|-------------------------------|-----|---------------|---------------|
| PV | 1 | 100% | 1 | 100% | 0 | 0 | 0% | 1 | 1 |
| PPS | 1 | 33% | 1 | 100% | 0 | 2 | 0% | 30 | 1 |
| PC do B | 6 | 100% | 8 | 89% | 1 | 0 | 11% | 6 | 9 |
| PL | 2 | 17% | 4 | 31% | 19 | 10 | 69% | 12 | 13 |
| PT | 20 | 35% | 13 | 28% | 34 | 37 | 72% | 57 | 47 |
| PPR/PPB | 10 | 18% | 10 | 24% | 40 | 44 | 76% | 54 | 50 |
| PSDB | 12 | 13% | 13 | 21% | 48 | 81 | 79% | 93 | 61 |
| PP | 0 | -% | 5 | 16% | 27 | - | 84% | - | 32 |
| PTB | 2 | 6% | 3 | 12% | 23 | 27 | 88% | 29 | 26 |
| PDT | 2 | 8% | 2 | 9% | 32 | 23 | 91% | 25 | 34 |
| PSB | 2 | 11% | 1 | 8% | 12 | 15 | 92% | 17 | 13 |
| PMDB | 7 | 8% | 8 | 7% | 99 | 73 | 93% | 80 | 107 |
| PFL | 13 | 13% | 6 | 6% | 78 | 89 | 94% | 102 | 85 |

Tabela 28 – Índice ponderado de representação das capitais nas bancadas partidárias

| Partidos | Índice 1998 | Índice 1994 |
|----------|-------------|-------------|
| PV | 4,35 | 4,35 |
| PPS | 1,43 | 4,35 |
| PC do B | 4,35 | 3,87 |
| PL | 0,74 | 1,35 |
| PT | 1,52 | 1,22 |
| PPR/PPB | 0,78 | 1,04 |
| PSDB | 0,56 | 0,91 |
| PP | - | 0,70 |
| PTB | 0,26 | 0,52 |
| PDT | 0,34 | 0,39 |
| PSB | 0,47 | 0,35 |
| PMDB | 0,34 | 0,30 |
| PFL | 0,56 | 0,26 |

Tabela 29 – Distribuição das bancadas partidárias por áreas geográficas distintas – 1998

| | Deputados Capital | Deputados cem maiores cidades | Deputados Interior | Total |
|------|----------------------|----------------------------------|-----------------------|-------|
| PT | 20 35% | 13 22% | 24 43% | 57 |
| PSDB | 12 13% | 7 7% | 74 80% | 93 |
| PMDB | 7 8% | 6 7% | 67 85% | 80 |
| PFL | 13 13% | 3 2% | 86 85% | 102 |